



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A PRÁTICA DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO
COLÉGIO AGRÍCOLA “VIDAL DE NEGREIROS”, NO
MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB**

JOSÉ FRANCISCO CORREIA DOS SANTOS

**JOÃO PESSOA/PB
2009**

JOSÉ FRANCISCO CORREIA DOS SANTOS

**A PRÁTICA DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO
COLÉGIO AGRÍCOLA “VIDAL DE NEGREIROS”, NO
MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Orlandil de Lima
Moreira

**João Pessoa / PB
2009**

S237p Santos, José Francisco Correia dos

A prática do cultivo de plantas medicinais na educação Profissional de jovens e adultos no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”, no município de Bananeiras – PB / José Francisco Correia dos Santos – João Pessoa, 2009
83f. : II.

Dissertação (Mestrado) – UFPC/CE
Orientador: Orlandil de Lima Moreira
1.Educação de Jovens e Adultos – prática – cultivo –
Plantas Mediciniais

UFPC/CE

CDU: 37-053.6/.8:633.88(043)

JOSÉ FRANCISCO CORREIA DOS SANTOS

**A PRÁTICA DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO
COLÉGIO AGRÍCOLA “VIDAL DE NEGREIROS”, NO
MUNICÍPIO DE BANANEIRAS-PB**

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Orlandil de Lima Moreira
Orientador**

**Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
Examinador Interno (PPGED)**

**Prof^a. Dr^a. Vilma de Lurdes Barbosa
Examinador Externo (PPGH)**

Dedico:

Aos meus saudosos pais, Francisco Celestino dos Santos e Maria Correia dos Santos.

Ofereço:

À minha esposa Lucíola Andrade Correia dos Santos e aos meus filhos (a), Francisco Maxwell Correia dos Santos e Francíola Andrade Correia dos Santos.

“Não são os desafios com que nos deparamos que determina quem somos e o que estamos nos tornando, pois, o importante é a criatividade na nossa maneira de respondermos ao desafio. Somos combatentes, idealistas, mas, plenamente conscientes, porque o ter consciência não nos obriga a termos teorias pré-estabelecidas sobre as coisas, só nos obriga a termos a rica consciência de que problemas são para vencer e liberdade é para provar. E, enquanto acreditarmos no nosso sonho, nada de bom que aconteça em nossas vidas, será por acaso.”

(Henfil)

RESUMO

A prática do cultivo de plantas medicinais representa um rico ambiente vivo e importante para a aprendizagem dos alunos da Educação Profissional. O presente estudo tem como objetivo pesquisar a prática do cultivo de plantas medicinais na Formação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA) do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN/CCHSA/UFPB) no município de Bananeiras – PB. A pesquisa é caracterizada como qualitativa e quantitativa, e foi realizada a partir do universo de 33 (trinta e três) alunos do primeiro ano “B”, e quanto à amostra, foi de 25 (vinte e cinco) alunos. Para a coleta dos dados foi empregado um questionário, contendo 15 questões, sendo 10 do tipo fechadas (objetivas) e 05 do tipo abertas (subjetivas). Por último, após a análise dos dados coletados pelo pesquisador, foi detectado que a referida pesquisa aponta para a formação profissional dos alunos do PROEJA do CAVN, contribuindo para uma aprendizagem ativa dos mesmos quanto ao cultivo das plantas medicinais e, sobretudo, em relação ao seu emprego no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Prática; Cultivo; Plantas medicinais.

ABSTRACT

The practical one of the culture of medicinal plants represents a rich alive and important environment for the learning of the pupils of the Professional Education. The present study it has as objective to search practical of the culture of medicinal plants in the Professional Formation of Young and Adultos (PROEJA) of the Agricultural College "Vidal de Negreiros" (CAVN/CCHSA/UFPB) in the city of Bananeiras - PB. The research is characterized as qualitative and quantitative, and was carried through from the universe of 33 (thirty and three) of first year "B", and how much to the sample, it was of 25 (twenty and five) pupils. For the collection of the data a questionnaire was used, contends 15 questions, being 10 of type closed (objective) and 05 of the type open (subjective). Finally, after the analysis of the data collected for the researcher, was detected that the related research points with respect to the professional formation of the pupils of the PROEJA of the CAVN, contributing for an active learning of the same ones how much to the culture of medicinal plants e, over all, in relation to its job in the work market.

Keywords: Practical; Culture; Medicinal plants

AGRADECIMENTOS

Esqueço-me das tribulações para agradecer:

A Deus, por tudo que me concede.

A mamãe, “Maria Correia dos Santos” e papai “Francisco Celestino dos Santos”, pelo empenho, carinho, esforço, exemplo de dedicação e proteção que proporcionaram à minha vida. Que Deus os tenha no Reino dos Céus, no mais brilhante grau.

À minha querida esposa Lucíola Andrade Correia dos Santos, meus maravilhosos filhos, Francisco Maxwell Andrade Correia dos Santos e Francíola Andrade dos Santos Soares, que me compreenderam e me incentivaram no dia-a-dia.

Às minhas irmãs Maria José Santos do Amaral, Maria Verônica Santos Lucena de Souza, Maria Salete dos Santos Alves e Maria Sueli Santos de Araújo, por sempre terem acreditado nos meus esforços e pelo carinho e respeito com que me trataram. Que Deus as abençoe!

Aos professores, amigos e orientadores da UFPB, pelo muito que aprendi, tanto para a vida, como para a profissão, bem como pela disponibilidade de nos orientar e nos ajudar nesta pesquisa para a obtenção do grau de Mestre. Obrigado!

Aos que colaboraram e deram sua parte ao nosso trabalho: Ademir (engenheiro agrônomo da UFPB); Ivan Teixeira Maia (técnico agrícola da UFPB) e outros.

Aos professores e amigos, dos quais cursei disciplinas, durante a realização do Mestrado. Obrigado!

Aos colegas mestrandos, Esmeraldo Fernandes de Castro, Fernando, João Maria e Albertina.

Agradeço, por fim, à UFPB, universidade pública de qualidade que incentivou meus estudos, durante a fase de Mestrado

LISTA DE SIGLAS

CAVN - Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CBAP – Comissão Brasileira Americana de Produção

CEAR – Campanha de Educação de Adolescente e Adultos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CES - Centros de Estudos Supletivos

CFT – Centro de Formação de Tecnólogos

CNAED – Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e a Comissão Assistente.

CONFITEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CUT – Central Única do Trabalhador

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCPS – Movimento de Cultura Popular

MEBS – Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST – Movimento dos Sem Terra

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa de Inclusão de Jovens

RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil

SEA - Serviço de Educação de Adultos

SEEs - Secretarias Estaduais de Educação

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SIRENA – Sistema Rádio - Educativo Nacional

SIREPA – Sistema Radio – Educativo da Paraíba

SMEs - Secretarias Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USAID - United States Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cultivos de Mudas	47
Figura 2: Laboratório do CAVN	47
Figura 3: Vista Parcial do Horto.....	47
Figura 4: Experimentos/plantas medicinais.....	47
Figura 5: Vista Parcial da Comunidade em Visita ao Horto.....	48
Figura 6: Abóbora (<i>Curubita pepo</i> L.)	49
Figura 7: Alecrim Rosmaninho (<i>Rosmarinus officinalis</i> L.)	50
Figura 8: Alfavacão (<i>Ocimum gratissimum</i> L.).....	50
Figura 9: Arruda (<i>Ruta graveolens</i> L.)	51
Figura 10: Babosa (<i>Aloe Vera</i> (L) Burm. F.)	51
Figura 11: Barbatimão (<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville)	52
Figura 12: Cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i> L.).....	52
Figura 13: Capim-santo (<i>Cymbopogon citratus</i> Stapf.).....	53
Figura 14: Catingueira (<i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul.).....	53
Figura 15: Chanana (<i>Turnera ulmifolia</i> L.).....	54
Figura 16: Chapéu-de-couro (<i>Echinodorus grandiflorus</i> Mitch.)	54
Figura 17: Cidreira de arbusto (<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Br.)	55
Figura 18: Colônia (<i>Alpinia zerumbet</i>)	55
Figura 19: Erva-doce (<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.)	56
Figura 20: Espinheira santa (<i>Maytenus ilicifolia</i> Reissek).....	56
Figura 21: Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i> Labill.)	57
Figura 22: Fedegoso (<i>Heliotropium indicum</i> L.).....	57
Figura 23: Gengibre (<i>Zingiber officinale</i> Roscoe)	58
Figura 24: Goiabeira (<i>Psidium guajava</i> L.)	58
Figura 25: Hortelã miúda (<i>Mentha x villosa</i> Huds.).....	59
Figura 26: Juazeiro (<i>Zyziphus joazeiro</i> Mart.).....	59
Figura 27: Jurubeba (<i>Solanum paniculatum</i> L.).....	60
Figura 28: Macassar (<i>Aeollanthus suaveolens</i>).....	60
Figura 29: Malva rosa (<i>Geranium erodifolium</i> L.)	61
Figura 30: Mastruz (<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.).....	61
Figura 31: Melão de São Caetano (<i>Momordica charantia</i> L.)	62

Figura 32: Mil folhas (<i>Achillea millefolium</i> L.).....	62
Figura 33: Mororó (<i>Bauhinia cheillantha</i>).....	63
Figura 34: Mulungu (<i>Erythina velutina</i>).....	63
Figura 35: Pau d'Arco roxo (<i>Tabebuia avellanedae</i>)	64
Figura 36: Quebra-pedras (<i>Phyllanthus niruri</i>).....	64
Figura 37: Romã (<i>Púnica granatum</i> L.).....	65
Figura 38: Sabugueiro (<i>Sambucus australis</i>).....	65
Figura 39: Saião (<i>Bryophyllum pinnatum</i>).....	66
Figura 40: Sete dores (<i>Plectranthus barbatus</i>)	66
Figura 41: Vassourinha (<i>Scoparia dulcis</i>).....	67
Figura 42: Vista frontal do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros	68

TABELAS

Tabela 1: Percentual dos entrevistados quanto ao sexo	67
Tabela 2: Percentual dos entrevistados quanto à média da idade.....	68
Tabela 3: Percentual dos entrevistados quanto ao estado civil	69
Tabela 4: Percentual dos entrevistados quanto ao município de origem.....	70
Tabela 5: Percentual dos entrevistados quanto à área que residem	71
Tabela 6: Percentual dos entrevistados quanto à experiência prévia com plantas medicinais	72
Tabela 7: Percentual dos entrevistados quanto à experiência prévia com plantas medicinais	73
Tabela 8: Percentual das formas de utilização das plantas medicinais	75
Tabela 9: Percentual do conhecimento dos entrevistados acerca das plantas medicinais	76
Tabela 10: Percentual dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade.....	77

GRÁFICOS

Gráfico 1: Disposição dos entrevistados quanto ao sexo	70
Gráfico 2: Disposição dos entrevistados quanto à media da idade	71
Gráfico 3: Disposição dos entrevistados quanto as estado civil	72
Gráfico 4: Disposição dos entrevistados quanto ao município de origem	74
Gráfico 5: Disposição dos entrevistados quanto à área que residem.....	75
Gráfico 6: Disposição dos entrevistados quanto a experiência prévia com plantas medicinais	76
Gráfico 7: Disposição dos entrevistados quanto à utilização de plantas medicinais para tratar doenças.	77
Gráfico 8: Disposição das formas de utilização das plantas medicinais.....	78
Gráfico 9: Disposição do conhecimento dos entrevistados acerca das plantas medicinais	79
Gráfico 10: Disposição dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL.....	21
2.1 Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos.....	21
2.2 A EJA no Brasil Hoje.....	32
2.3 Contextualizando o Surgimento do PROEJA.....	34
2.4 Ensino Médio Profissional (PROEJA).....	37
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO CAVN.....	39
3.1 O Ensino Profissionalizante no CAVN: o curso técnico agropecuário e o PROEJA.....	41
3.2_Horto didático do CAVN	43
3.3 A Prática do Cultivo das Plantas Medicinais no Contexto do PROEJA	48
3.4 Campo da Pesquisa: CAVN.....	68
3.5 Procedimentos e Instrumentos.....	68
3.6 Atores da Pesquisa.....	69
4. PRÁTICA DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS NO PROEJA DO CAVN.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE.....	87

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo nos propomos à realização de uma investigação sobre as contribuições da prática do cultivo de plantas medicinais no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA) no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN), no município de Bananeiras PB; com o objetivo de concluir o mestrado em educação para melhorar os conhecimentos e saberes culturais, sociais e científicos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao longo da história do Brasil, tem sido colocada em segundo plano, pelas políticas públicas, o que muitas vezes tem gerado várias dificuldades, a fim de contemplar uma prática educativa significativa e transformadora, voltada para as reais necessidades dos Jovens e Adultos. Apesar de tudo, os educandos da EJA, quando ingressam na Escola Pública, já trazem consigo os conhecimentos prévios em relação às experiências e valores das práticas sociais. Diante do exposto, a oferta de Educação de Jovens e Adultos que não tiveram a escolaridade, representa a possibilidade de inserção na cidadania e no mundo do trabalho. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria (Brasil, 1996, p.24).

Atualmente, o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, vinculado ao CCHSA/UFPB – Campus III -, participa do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA), através da oferta de ensino técnico profissionalizante, voltado para as atividades agrícolas. Os jovens e adultos que cursam essa modalidade de ensino são agricultores e/ou filhos de agricultores que acumularam experiências nas atividades do campo; entretanto, eles precisam da escola pública com boas condições de ensino (ambiente vivo ou laboratório natural), a fim de que tenham uma formação para transformação social do homem. Nesse sentido, o CAVN conta com inúmeros ambientes vivos de aprendizagem, inclusive o laboratório de plantas medicinais, que pode contribuir com uma aprendizagem ativa dos educandos da EJA, na medida em que eles participam das atividades de cultivo dessas plantas, durante a realização das aulas práticas. A escola deve usar

métodos sem apresentar uma ambiente que leve o aluno a submissão, a passividade e a dependência total do professor (PIAGET, 2004, p.23).

A justificativa para a realização da presente investigação é respaldada nas seguintes razões: pessoais, profissionais e sociais. A primeira delas, pela necessidade de realização pessoal a partir de um objeto de estudo do nosso interesse; para uma formação e transformação docente com competências e habilidades; a segunda, quanto à contribuição da pesquisa para nossa formação docente e a prática pedagógica junto aos educandos da EJA e; a terceira contempla a possibilidade de conscientização dos educadores em torno da utilização do cultivo das plantas medicinais para a prática educativa dos educandos e da importância dessas plantas para as classes populares. Nessa ótica, justifica-se a realização do aludido estudo, tendo vista a seguinte problematização: De que forma a prática do cultivo de plantas medicinais está contribuindo para a educação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA) no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), no município de Bananeiras - PB?

A realização da referida investigação contempla os seguintes objetivos, de pesquisar as contribuições da prática do cultivo de Plantas Medicinais; analisar como os educandos participam das práticas do cultivo das plantas medicinais no cotidiano da prática pedagógica; identificar nas práticas de cultivo das plantas medicinais a importância das hortas didáticas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos e, refletir sobre as aulas práticas-laboratoriais dos educandos a partir das práticas de cultivo das plantas medicinais.

A metodologia estudada propõe a realização de uma investigação sobre as práticas de cultivos de plantas medicinais no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA) do colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN). A pesquisa é do tipo quantitativa e qualitativa. Nesse sentido RICHARDSON (1999, p, 79).

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa.

Segundo a idéia do autor, na abordagem quantitativa, o aspecto quantitativo contribui com informações complementares importante, visando uma maior possibilidade de validade da pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva. Em relação à pesquisa exploratória GONÇALVES (2001, p. 65) faz o seguinte comentário:

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco exploratório. Esse tipo de pesquisa também é denominado “pesquisa de base”, pois oferece dados complementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Sendo a pesquisa exploratória necessária para explicar os fenômenos pouco conhecidos, nesse contexto, (Vergara 2006,..) acrescenta: que esse tipo de pesquisa é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipótese que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

A referida pesquisa também é descritiva, que segundo Vergara (2006) se caracteriza por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Podendo também estabelecer relações entre variáveis e definir sua natureza.

No referido estudo foram empregadas, as pesquisas bibliográfica e de campo. A primeira delas ocorreu através da revisão de literatura com base em livros e textos em torno do objetivo de estudo; enquanto que no segundo caso, foi realizada a coleta de dados e informações do PROEJA sobre a prática do cultivo das plantas medicinais nas aulas do citado curso.

Por último a presente dissertação está estruturada de acordo com as seguintes partes A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos e políticos, abordagem teórica sobre os fatores históricos e políticos que marcaram a EJA no Brasil e, aspectos históricos do CAVN, abordagem teórica sobre os fatos, e acontecimentos que retratam a história do CAVN); caracterização do tipo de pesquisa e do campo pesquisado, população e amostra, técnica e instrumento; realização da análise em relação aos dados coletados na pesquisa de campo;

apresentação das conclusões do trabalho a partir dos objetivos e a análise dos dados.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

2.1 Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos

Quando fazemos uma reflexão de cunho pedagógico sobre o desempenho da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, somos instigados a apresentar fatos históricos sobre a educação como um todo. Esses fatos estão interligados à história dos modelos econômicos e políticos, resultado das relações de poder, dos grupos que estão no exercício do poder.

O desejo dos brasileiros por uma educação popular, no percurso da história parece realmente ligar-se às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas sócio-econômicas fora e dentro da ordem vigente.

Mas para apresenta traços da história da educação no Brasil, sabemos que ela se inicia sob os parâmetros dos jesuítas, os quais perduraram por volta de duzentos e dez anos. Esse modelo não relegou suas funções como dominadores espirituais. Como nos mostra Piletti (1988, p.165 apud Gentil):

... A realeza e a igreja aliavam-se na conquista do Novo Mundo, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa. No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica e o trabalho educativo.

A pesar dos esforços dos jesuítas, a Coroa provocou a regressão do sistema educativo implantado e quem mais sofreu foi à elite, pois a educação popular era quase inexistente. Paiva (1973, p.165 apud Gil) ressalta que a educação dos adultos indígenas tornou-se irrelevante, o domínio das técnicas, da leitura e escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial, já que esta se baseava principalmente na exportação da matéria prima, assim não havia preocupação em expandir a educação a todos os setores sociais.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil transforma o sistema educacional brasileiro em benefício da aristocracia.

Com o desenvolvimento industrial e urbano vem a necessidade de buscar o

conhecimento em certas áreas e a escola assumiu a função de educar para a vida e para o trabalho.

Dessa necessidade, surge a primeira escola noturna, no ano de 1854, e mais 22 anos o Brasil contava com 117 escolas.

Segundo Paiva (1973, p.167 apud Gil) a instrução dada aos escravos, no Pará e no Maranhão, era uma forma de contribuir para a educação para que os homens do povo compreendessem seus direitos e deveres. Afirma Paiva(1973, p.168) *apud* Gil:

A crise do sistema escravocrata e a necessidade de uma nova forma de produção são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, entretanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão o que contribuiu consideravelmente para seu fracasso. Ressurgindo novamente em 1880, com estímulo dado pela reforma eleitoral – a lei – Saraiva -, chegando-se a cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas. (

Ainda o citado autor nos mostra que até a Primeira Guerra Mundial, especificamente, na década de 10, era no Parlamento onde se discutia sobre os problemas da educação popular. Direcionados por projetos de reforma do Município Neutro. Mais uma vez Gil cita Paiva (1973, p.168) demonstrando que:” as reformas da década de 20 tratam da educação dos jovens e adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30. Com o fim da primeira Guerra Mundial e com a instauração de uma nova burguesia urbana direcionada pelos objetivos das indústrias, uma das exigências é o acesso à educação. Mas uma educação acadêmica e elitista em detrimento do restante da população analfabeta e inferiorizada.

Eis o que diz Paiva apud Gil:

Nos anos 20 aparecem os primeiros profissionais da educação que tentaram sustentar a crença em seu descompromisso com idéias políticas defendendo o tecnicismo em educação e trazendo implícita a aceitação das idéias políticas dos que governam, a educação popular vinculada pelo entusiasmo na educação nada mais foi do que uma expansão das bases eleitorais, pois a preocupação maior estava vinculada ao aumento do poder da classe burguesa. (PAIVA, 1973, P.28)

Segundo CUNHA (1999, p, 32) o desenvolvimento industrial, no início do século XX, deu início a um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Realçada por pontos de vista diferentes, como a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos.

Em 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, inicia-se a caracterização do Sistema Público de Ensino no Brasil de caráter autoritário e centralizado. Com a criação do referido Ministério há uma intenção governamental em consolidar políticas educacionais voltadas para os jovens e adultos das classes menos favorecidas, entretanto o modelo sócio-político-econômico vigente, estava contaminado pelos efeitos das oligarquias dominantes. “E que a economia brasileira continuava apoiada no campo e o fator de riqueza provinha do trabalho servil, controlado por uma aristocracia rural” (LOPES, 1985, p.54). Depois, de 1937 a 1945, criou-se o Estado Novo, com idéias nacionalistas, autoritário e populista.

A partir de 1940, começou-se a detectar altos índices de analfabetismo no país, o que acarretou a decisão do governo no sentido de criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Ainda neste período, a educação torna-se uma questão de segurança nacional, pois foi percebido em âmbito nacional, pelas autoridades, que o atraso do país estava diretamente associado à falta de instrução de seu povo.

Já em 1942, criou-se o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) – atrelamento da educação de adultos à educação profissional, período pós-guerra. Ai veio a criação da UNESCO, que se manifestou através de grandes esforços no combate ao analfabetismo; e é neste momento que a EJA entra no debate nacional na forma de campanhas de alfabetização.

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. Esse período pós-guerra mundial, foi caracterizado pelo modelo liberal-desenvolvimentista na medida em que o Brasil passa de modelo agrícola e rural para um modelo industrial, surgindo necessidade de mão-de-obra qualificada, o que de certa forma exige que a população esteja alfabetizada, a fim de ter uma participação ativa na sociedade da

qual faz parte, acompanhado de certa forma as transformações que apontam na direção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ocorreram, então, por parte desta, a solicitação aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) de se educar os adultos analfabetos.

Surgindo entre os anos de 1946 a 1958, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e entre 1953 a 1963, a Campanha Nacional de Educação de Adultos, que tinha como lema: “ser brasileiro é ser alfabetizado”. Essas campanhas tinham por finalidade a alfabetização de jovens e adultos para o atendimento das demandas de mão-de-obra exigidas, principalmente, pela expansão da indústria em pleno crescimento. Por outro lado, essas iniciativas de consolidação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, estiveram submetidas às lutas ideológicas entre os defensores da escola pública (Escolanovista) e da escola privada (educação Religiosa)

Segundo Soares (1996), essa 1ª Campanha foi lançada por dois motivos: o primeiro era o momento pós-guerra que vivia o mundo, que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) fizesse uma série de recomendações aos países, entre estas, a de um olhar específico para a educação de adultos. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia um processo de redemocratização, que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país. Ainda, no momento do lançamento dessa 1ª Campanha, a Associação de Professores do Ensino Noturno e o Departamento de Educação preparavam o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. O Ministério, então, convocou dois representantes de cada Estado para participarem do Congresso. O Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir daí, elaborou e enviou, para discussões, aos SEAs estaduais, um conjunto de publicações sobre o tema. As concepções presentes nessas publicações, segundo Soares (1996), eram: o investimento na educação como solução para problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”.

Devido a isso, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses,

oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado (CUNHA, 1999, p, 39).

No ano de 1949, ocorreu o Seminário Internacional de Educação de Adultos, patrocinado pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

A partir daí, então, iniciou-se um processo de mobilização nacional no sentido de se discutir a educação de jovens e adultos no país. De certa forma, portanto, embora a Campanha não tenha tido sucesso, conseguiu alguns bons resultados, no que se refere a essa visão preconceituosa, que foi sendo superada a partir das discussões que foram ocorrendo sobre o processo de educação de adultos. Diversas pesquisas, então, foram sendo desenvolvidas e algumas teorias da psicologia foram, gradativamente, desmentindo a idéia de incapacidade de aprendizagem designada ao educando adulto.

Assim, muitas críticas foram sendo feitas ao método de alfabetização adotado para a população adulta nessa Campanha, como as precárias condições de funcionamento das aulas, a baixa freqüência e aproveitamento dos alunos, a má remuneração e desqualificação dos professores, a inadequação do programa e do material didático à clientela e a superficialidade do aprendizado, pelo curto período designado para tal. Deu-se, então, o declínio da 1ª Campanha, devido aos resultados insatisfatórios (SOARES, op. cit.). Porém, dentre todas as delegações, uma se destacou, por ir além das críticas, apontando soluções. Foi a delegação de Pernambuco, da qual fazia parte Paulo Freire, que propunha uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método às características das classes populares.

Como resultado da 1ª Campanha, portanto, o citado autor aponta a criação de uma estrutura mínima de atendimento, apesar da não valorização do magistério. Ao final da década de 50 e início da década de 60, iniciou-se, então, uma intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base, o que contribuiu para a mudança das iniciativas públicas de educação de adultos. Uma nova visão sobre o problema do analfabetismo foi surgindo, junto à consolidação de uma nova

pedagogia de alfabetização de adultos, que tinha como principal referência Paulo Freire. Surgiu um novo paradigma pedagógico – um novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (SOARES, op. cit.).

De 1958 até 1961, foram criados o sistema radio-educativo nacional (SIRENA – 1958) como reforço a campanha de educação de adolescentes e adultos e o movimento de educação de base. (MEB-1961). Segundo Scocuglia (2003), a SIRENA era baseada em um sistema de radiocartilho, ancorado na radio nacional de Rio de Janeiro e que na Paraíba o referido sistema foi incorporado pela Secretaria Estadual de Educação através do sistema radio-educativo da Paraíba (SIREPA). Para o autor, o MEB enquanto movimento de educação de adultos influenciado pela ala progressista da Igreja Católica, seguia uma orientação ideológica diversa da SIRENA, porém com traços comuns em relação ao emprego de metodologias e quanto à produção e utilização de materiais didáticos.

A idéia que foi surgindo foi a de que o processo educativo deveria interferir na estrutura social que produzia o analfabetismo, através da educação de base, partindo de um exame crítico da realidade existencial dos educandos. Na percepção de Paulo Freire, portanto, educação e alfabetização se confundem. Alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto. Essas idéias de Paulo Freire se expandiram no país e este foi reconhecido nacionalmente por seu trabalho com a educação popular e, mais especificamente, com a educação de adultos. Em 1963, o Governo encerrou a 1ª Campanha e encarregou Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Porém, em 1964, com o Golpe Militar, deu-se uma ruptura nesse trabalho de alfabetização, já que a conscientização proposta por Freire passou a ser vista como ameaça à ordem instalada.

Em conformidade com Fausto (1984), no período pós-1964, veio o chamado Regime Militar, com políticas educacionais tecnicistas oriundas de acordos com Agências Internacionais, sobretudo a USAID dos Estados Unidos em relação à EJA. Essa nova tendência pós-golpe militar, resultou na substituição da SIRENA e SIREPA pela cruzada de ação básica cristã (Cruzada ABC) com o apoio obtido do

Ministério do Planejamento e Educação, fundada numa concepção político-pedagógico de alfabetização, centrada na vigilância e punição e na idéia focada no pré e no pós-golpe militar no Brasil.

Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC, de 1964 a 1971), financiada pelo Governo Federal, tentando contestar os movimentos educativos do nordeste que tinham inspirações em Paulo Freire e nos Movimento de Cultura Popular (MCPS).

A partir daí, deu-se o exílio de Freire e o início da realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores. Dentro desse contexto, em 1967, o Governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a população de 15 a 30 anos, objetivando a alfabetização funcional – aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. Com isso, as orientações metodológicas e os materiais didáticos esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto anteriormente por Freire (CUNHA, 1999, p, 52).

O Governo cria em 1966, o Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e a Comissão Assistemática (CNAED), que tinha como objetivo central “subsidiar” financiamento de ações na EJA e de fazer o controle ideológico;

Pela Lei Nº 5379, de 15/12/1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado nesta data, mas que só se inicia no dia 08 de setembro de 1970 – Dia Internacional da Alfabetização. O MOBRAL era um programa de proporções nacionais, proclamadamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país.

Na década de 70, ocorreu, então, a expansão do MOBRAL, em termos territoriais e de continuidade, iniciando-se uma proposta de educação integrada, que objetivava a conclusão do antigo curso primário. Paralelamente, porém, alguns grupos que atuavam na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro da linha mais criativa. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 5692/71 implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta Lei embora tenha reconhecido a educação de jovens e adultos com um direito a cidadania o Estado não contemplava políticas públicas que contribuísse para a democratização do acesso a permanência do jovem e adulto na escola pública da EJA.

A alfabetização não se restringe apenas a ler e a escrever ou a qualificação para o trabalho. Ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento de habilidades é preciso alargar a visão acerca da responsabilidade de cada indivíduo e assim assegurar-lhe a formação indispensável ao exercício da cidadania plena e capacitá-lo na sua própria luta por justiça social (DURANTE, 1998, p. 39).

Portanto, a educação de adultos teve duas correntes nos anos 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação Não-Formal, a qual se define em oposição (negação) a outro tipo de educação denominada de Educação Formal. Nesse sentido fica evidenciado por um lado, um modelo da EJA formal a fim de atender aos interesses do modelo político-ideológico do regime militar vigente e, por outro, uma educação de jovens e adultos com bases nos movimentos populares, encabeçados pelos MEBs e MCPs, fundamentados no método Paulo Freire.

Define-se educação não-formal como toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população (DURANTE, op. cit., p. 43).

A *educação não-formal* designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um Conselho de Escola poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados; enquanto que, também por volta de 1970, a Educação de Jovens e Adultos é caracterizada como suplência da *educação formal*, tendo por objetivo a oportunidade de acesso de jovens e adultos ao sistema formal de educação (DURANTE, op. cit.).

De acordo com Haddad (1991, p.152), “um dos componentes mais

significativos dessa proposta de atendimento àqueles que não haviam realizado ou completado, na idade própria, a escolaridade básica, foi a flexibilidade”.

Com a democratização do país nos anos 80, surgiram as Diretas Já, anunciando novas perspectivas de ampliação dos direitos sociais de vários movimentos populares buscando uma nova e crítica leitura da realidade brasileira, se constituíram: os Sem Tetos, (MST) Movimento dos Sem Terra, Movimento contra a Fome, Miséria e pela Vida, Movimento de Mulheres, Homossexuais, Movimento Sindical, (CUT) Central Única do Trabalhador, Pastorais Sociais, etc. (HADDAD, 1992).

Em 1985, o MOBREAL foi extinto e surgiu, em seu lugar, a Fundação EDUCAR, que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes. De acordo com CUNHA (1999), a década de 80 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos.

E no artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, havia o compromisso do Poder Público, para que, em um período equivalente a dez anos, desenvolvesse esforços para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, com recursos previstos para esse fim, coisa que não aconteceu até hoje (BRASIL, *op. cit.*).

A atual Lei nº. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que se refere à Educação de Jovens e Adultos, em seu artigo 3º e 37º, determina, dentre os princípios que devem servir de base ao ensino:

Artigo 3º: [...] a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; [...] pluralização de idéias de concepções pedagógicas; [...] garantia de padrão de qualidade; [...] valorização da experiência extra-escolar; [...] vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Artigo 37º: A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996, p. 64).

Verifica-se que tanto na citação relativa ao artigo 3º quanto a que se refere ao artigo 37º da Lei 9394/96, evidencia-se que deve haver não somente igualdade de condição para o acesso e permanência dos educandos na escola - valorizando a

experiência extra-escolar de cada um deles - bem como garantindo-lhes acesso ou continuidade de estudos na idade própria, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio.

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. Esta, então, orientou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de todo o país. A partir dessa mobilização nacional, foram organizados os Fóruns Estaduais de EJA, que vêm se expandindo em todo o país, estando presentes, atualmente, em todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. Isso se deu da seguinte forma: em 1996, ocorreu uma intensa mobilização incentivada pelo MEC e pela UNESCO, como forma de preparação para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA). O MEC instituiu, então, uma Comissão Nacional de EJA, para incrementar essa mobilização. A recomendação dada foi que cada Estado realizasse um encontro para diagnosticar metas e ações de EJA. Desde então, as instituições envolvidas decidiram dar prosseguimento a esses encontros. Em 1997, a UNESCO convocou Secretarias Estaduais de Educação (SEEs), Secretarias Municipais de Educação (SMEs), Universidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a preparação da V CONFITEA, através da discussão e da elaboração de um documento nacional com diagnóstico, princípios, compromissos e planos de ação. Estes eventos de intercâmbio marcaram o ressurgimento da área de EJA. Em 1998, os mineiros implantaram seu Fórum Estadual. No mesmo ano, a Paraíba e o Rio Grande do Norte fizeram o mesmo.

Seguindo essa corrente de intercâmbios, Curitiba realizou um encontro, patrocinado pela UNESCO, para a socialização da V CONFITEA. Como consequência desse Encontro, veio à decisão de se iniciar uma série de encontros nacionais de EJA. Sendo assim, em 1999, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), no Rio de Janeiro, onde participaram os Fóruns do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Esse Encontro acabou sendo um estímulo para o surgimento de outros Fóruns. A partir daí, esses Encontros vêm ocorrendo anualmente, na seguinte

seqüência: em 2000, o II ENEJA, em Campina Grande – Paraíba – com a participação de oito Fóruns; em 2001, o III ENEJA, em, com a participação de 10 Fóruns; em 2002, o IV ENEJA, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a participação de 12 Fóruns; em 2003, o V ENEJA, em Cuiabá, Goiás, com a participação de 17 Fóruns; em 2004, o VI ENEJA, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a participação de 22 Fóruns; em 2005, o VII ENEJA, em Brasília, Distrito federal, com a participação de 24 Fóruns; em 2006, o VIII ENEJA, em Recife, Pernambuco, com a participação de 26 Fóruns.

Com o surgimento dos Fóruns, então, a partir de 1997, a história da EJA passa a ser registrada num Boletim da Ação Educativa, que socializa uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos ENEJAs. De 1999 a 2000, então, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Em alguns Estados, ainda, passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais e em alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA. Além disso, a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e solicitou aos Fóruns uma representação. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil (SOARES, 2004, p, 40).

2.2 A EJA no Brasil Hoje

Na primeira década do século XXI, a (EJA) Educação de Jovens e Adultos esteve vivenciando uma série de episódios nacionais e estaduais que trazem a consolidação da modalidade de ensino na educação formal e desencadeiam inúmeras reflexões pedagógicas. Toda a história das idéias em torno da Educação de Adultos no Brasil acompanha a história da educação como um todo, que por sua vez acompanha a história dos modelos econômicos e políticos e conseqüentemente a história das relações de poder, dos grupos que estão no exercício do poder até hoje.

O acompanhamento das ações relativas à educação de jovens e adultos trabalhadores, no período de 2003 a 2006, durante o qual exerceu seu primeiro mandato o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evidencia o fato de que pouco foi efetivamente realizado no sentido de universalizar a educação básica no Brasil. Tal constatação sublinha, particularmente, o que diz respeito à permanência no Ensino Fundamental e ao acesso ao Ensino Médio que, como é afirmado no documento do (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ainda constitui um privilégio.

Entretanto, várias iniciativas focais foram implementadas, atendendo a pequenos contingentes populacionais, aos quais, dadas as suas fragilidades como atores políticos, são oferecidas possibilidades de elevação de escolaridade com caráter precário e aligeirado, porém anunciadas como portadoras potenciais de inclusão. Trata-se, assim, sobretudo, de atuar de forma urgente para controlar disfunções de um sistema que, por sua origem estrutural, continuará a gerar, cada vez mais, demandantes de novas medidas de caráter emergencial.

De acordo com essa perspectiva, o Governo Federal, particularmente por meio do (MEC) Ministério da Educação, do (MTE) Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria-Geral da Presidência da República, vem, nos últimos quatro anos, definindo políticas e adotando diversas medidas que visam a ajustar a educação ao projeto de reestruturação produtiva subordinada no plano da hegemonia internacional. É nesse quadro que se destacam as iniciativas destinadas à educação básica e profissional dos jovens e adultos das frações mais desfavorecidas da classe trabalhadora.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada como modalidade de ensino, é, sem dúvida, uma educação de classe. Assim, se configura, no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida considerada adequada. É, mais precisamente, uma educação para as frações da classe trabalhadora cujos papéis a serem desempenhados no cenário produtivo não requerem maiores investimentos do Estado, enquanto representante prioritário dos interesses dos proprietários dos meios de produção. Tal marca dessa modalidade de ensino é assumido no Parecer nº 11 do ano de 2000, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, o mesmo Parecer, ao atribuir à EJA a função reparadora de uma dívida social, evidencia tal destinação de classe.

A legislação ratificou, assim, tanto a subordinação da educação dos trabalhadores aos interesses do capital em sua atual fase de acumulação, quanto a valorização de medidas que alteram os indicadores estatísticos de baixa escolaridade da população, sem que se verifique efetivo compromisso com a oferta de educação de qualidade para a maioria da classe trabalhadora.

Destaca-se, ainda, outro aspecto fundamental, que consiste na transferência da responsabilidade em relação ao direito público subjetivo à educação — do qual são portadores os trabalhadores — do Estado para diferentes iniciativas tomadas pelas esferas públicas não-estatais e privadas a partir dos mecanismos centrados nas práticas de parceria e/ou de filantropia, com ênfase nas Organizações não Governamentais, sempre marcadas pelo caráter compensatório.

O destaque dado aqui aos instrumentos legais decorre do entendimento de que representam expressão do grau de poder das forças sociais que disputam hegemonia num determinado momento histórico, posto que a legislação é expressão de correlações de forças. Representam, portanto, fundamental instrumento de formulação e execução de políticas públicas, as quais, conforme assinala Rua (1998) constitui o “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. Essa perspectiva obriga a constatar-se o fato de que nem a juventude brasileira, em particular, nem o conjunto da sociedade assumiram para si, de forma plena, a tarefa de lutar pelo direito à educação, deixando assim de criar, para as forças dominantes, problemas políticos que as constrangessem a assegurar

a universalização das condições, não só do acesso, mas da permanência na escola, assegurando o direito à educação básica de qualidade para todos.

2.3 Contextualizando o Surgimento do PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) tornou-se um Programa através da promulgação do Decreto no 5.478, de 24 de junho de 2005. Depois de uma ampla discussão na oferta de educação profissional, da educação de jovens e adultos e da educação básica, notou-se a necessidade de alteração em suas diretrizes. Assim, em 13 de julho de 2006, fora promulgado o Decreto no 5.840, que revogou o anterior e passou a denominar o PROEJA como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Algumas das principais mudanças foram: a) a ampliação da possibilidade de adoção de cursos PROEJA em instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades nacionais de serviço social; b) aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e c) a ampliação de sua abrangência, possibilitando também a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA. As alterações trazidas pelo Decreto nº. 5.840/2005 implicaram na construção de novos documentos, referenciais e na revisão do Documento Base já em circulação.

Tendo como objetivo o resgate e reinserização no sistema escolar jovens e adultos, dando-lhes condições ao acesso à formação profissional técnica de nível médio na forma integrada ao ensino médio na modalidade EJA, visando a habilitação profissional em nível técnico e à certificação de conclusão do ensino médio, ou seja, uma formação integral, tendo como público alvo os jovens e adultos com idade compatível com a definida na legislação da EJA e que tenham concluído o ensino fundamental. Usando uma estratégia metodológica, onde a desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observa-se as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a ressignificação de

seu cotidiano. Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade.

Outra iniciativa a ser destacada é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sobre o qual se apresenta, ainda, análise preliminar. O PROEJA foi instituído pelo Decreto 5.478 de 2005, posteriormente reformulado pelo Decreto 5.840 de 2006. Segundo esse último Decreto, o PROEJA abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional: a) formação inicial e continuada, cuja oferta pode ser articulada com a elevação de escolaridade em nível de Ensino Fundamental; b) educação profissional técnica de nível médio, que poderá ocorrer de forma integrada ou concomitante à elevação de escolaridade em nível de Ensino Médio.

Pelo primeiro documento legal, ficavam obrigados a oferecer o PROEJA todos os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Estabelecia-se, também, que do total de vagas oferecidas em todos os cursos de cada unidade educacional, no ano de 2005, 10% deveriam ser destinados ao referido Projeto, reservando-se ao MEC a atribuição de definir, nos anos subsequentes, os novos quantitativos. A criação do Programa, assim, não concorreu para a ampliação do acesso, mas provocou o deslocamento de vagas já existentes, em todos os níveis de cada unidade, para o atendimento da nova ação, posto que sua oferta se dê em detrimento da criação de outras turmas de alunos.

Outro aspecto do Decreto 5.478/2005 a ser mencionado evidencia a concepção de EJA corrente no âmbito do próprio MEC e refere-se ao estabelecimento de uma carga horária máxima, de 1.600 horas para os cursos de formação inicial e continuada e de 2.400 horas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio. A limitação do máximo de horas, bem como sua redução em relação aos cursos regularmente oferecidos, foram assim avaliadas por Frigotto *et al.*:

Observamos algumas incoerências na disposição sobre as cargas horárias que, a nosso ver, incorrem em deslizamentos éticos, políticos e pedagógicos. Primeiramente, não há porque defini-las como máximas. A redução da carga horária de cursos nas modalidades EJA com relação aos mínimos estabelecidos em lei para a educação regular não deve ser uma imposição, mas sim uma possibilidade [...] Limitar a carga horária dos cursos a um 'máximo' é, na verdade, admitir que aos jovens e adultos trabalhadores se possa oferecer uma formação mínima (FRIGOTTO et al., 2005a, p.p. 318-9).

Entre outros aspectos bastante problemáticos, destaca-se, também, o fato de o Programa ter sido implementado sem as necessárias medidas de suporte compatíveis com uma política pública. Somente ao final de 2005 foi constituído o Grupo de Trabalho para elaboração de Documento Base relativo ao PROEJA, divulgado em 2006. Nesse documento, merecem comentários alguns pontos que explicitam o caráter ambivalente da proposta.

O primeiro é a ampliação do contingente de instituições que passaram a poder oferecer o PROEJA, para além das definidas no primeiro Decreto, nomeadas como em Instituições Proponentes (de âmbito público: Instituições de Ensino Federais, Estaduais e Municipais de Educação, bem como Secretarias de Educação) e Instituições Parceiras, referidas como “quaisquer organizações da sociedade civil que não visem lucro pecuniário na oferta de curso no âmbito desse Programa”. O documento destaca, entretanto, como “parceiras *preferenciais* instituições pertencentes ao Sistema S”, num claro movimento de oposição em relação aos pressupostos anunciados nas partes introdutórias do mesmo documento e evidenciando a forte capacidade de intervenção do Capital nas propostas de educação da classe trabalhadora apresentadas pelo Governo Federal.

Outro aspecto explicita o caráter híbrido da fundamentação teórico-política do Documento Base. Seus autores, ao apresentarem os princípios que devem nortear o PROEJA, afirmam que o “quarto princípio compreende o trabalho como origem educativo” (LDB, p. 35), compreendido não em sua perspectiva de emprego, mas como forma de constituição da própria humanidade. Tal fato, entretanto, conflitou diretamente com a concepção de trabalho como princípio educativo, tal como o é concebido pelos “parceiros preferenciais” eleitos pelo próprio MEC: os empresários que regulam a formação dos trabalhadores segundo as necessidades imediatas postas pelo mercado.

Como se viu, o PROEJA surge, reformula-se e amplia-se em meio a um conjunto de contradições que demandam aprofundamento para a sua plena compreensão. De todo modo, é necessário registrar que, em que pese os muitos limites derivados do projeto societário de caráter subordinado e dependente em que se inscreve e que o conforma, o Programa constitui uma iniciativa que, a ser levada adiante, pode possibilitar alguns avanços no âmbito da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores, em particular por iniciativas que venham a ser tomadas no âmbito dos CEFETs e demais escolas públicas federais, como previsto no Decreto original. Pensar essas questões, trazendo a reflexão para a EJA, é um grande desafio aos professores, tendo em vista as características dessa clientela: são sujeitos que estão fora da faixa etária para ingressarem no ensino regular, a maioria deles trabalhadores rurais (PEREIRA; DOLLA, 2003, p, 52).

2.4 Ensino Médio Profissional (PROEJA)

Presencia-se um processo de crescente exclusão social, com todas as suas mazelas e mudanças e transformações que só poderão ocorrer se forem, efetivamente, estruturais e profundas, ou seja, se envolverem a configuração de outra sociedade, em bases éticas, políticas, culturais e sociais.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura:

A formação profissional específica e continuada é uma necessidade permanente, tanto pelas condições objetivas de milhões de jovens e adultos que a buscam e dela necessitam, quanto pelas necessidades econômicas e pela mudança na forma de organização do processo produtivo (BRASIL, 2006, p. 24).

E, segundo Frigotto et al. (2005), a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, como a Escola de Fábrica¹,

¹ A Escola de Fábrica é um Programa do Governo Federal que oferece a oportunidade de formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais. A meta do Programa é viabilizar a formação humana e social do jovem, acompanhada de iniciação à formação para o trabalho. In: BRASIL. Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005.

o próprio PROEJA e o (PROJOVEM) Programa de Inclusão de Jovens, que é um programa que tem como objetivo oferecer ao jovem: a elevação do grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã; e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. O programa destina-se as residentes das capitais com 18 a 24 anos, que tenham terminado a quarta série e não tenham concluído o ensino fundamental e ainda não trabalhem com carteira profissional assinada (BRASIL, 2005, p, 25).

Os principais desafios do PROEJA no Ensino Médio Profissionalizante é a possibilidade de integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos; conseguir fazer com que as ofertas resultantes do Programa contribuam para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, ao invés de produzir mais uma ação de contenção social e transformar esse Programa em uma verdadeira política educacional pública do Estado brasileiro para a demanda da EJA (FRIGOTTO et al., *op.cit.*).

No Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - CAVN, as habilitações da Educação Profissional oferecidas, apresentam um perfil profissional de conclusão compatível e adequado com as expectativas do mundo do trabalho, contribuindo, decisivamente, para o desenvolvimento da economia agroindustrial paraibana, nordestina e brasileira (SILVA, 2004, p, 53).

Neste sentido, o curso do PROEJA busca adequar-se à nova política de diretrizes para a educação profissional estabelecida pelo Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Médio e Tecnológica, para atender às demandas da sociedade que está a exigir qualidade no setor educacional (FRIGOTTO et al., *op.cit.*).

Nesse sentido, pode-se então fazer um questionamento: Que novas metodologias de ensino podem ser programadas para as especificidades dos alunos que buscam a profissionalização através da EJA.

A partir dessa discussão e questionamento, destacaremos no próximo item sobre o desenvolvimento do PROEJA no Colégio Agrícola Vidal de Negueiros, destacando seus aspectos históricos e as páticas pedgógicas no contexto do PROEJA.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO CAVN

A história do Centro de Formação de Tecnólogos da Universidade Federal da Paraíba se iniciou antes mesmo de existir a própria UFPB. O germe inicial daquilo que hoje constitui o Campus IV desta IFES, sediado na cidade de Bananeiras, foi o "Patronato Agrícola Vidal de Negreiros²", surgido na década de 20 e que representava a culminância de um processo iniciado, nacionalmente, ainda em 1918.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no final do governo do presidente Venceslau Brás (1914/1918), estava sob o comando do Dr. Dulphe Pinheiro Machado. Numa tentativa de introduzir medidas paliativas para a resolução de problemas como a marginalidade infantil e evitar a repetição de conflitos como os do Contestado (Paraná - 1912/1916) e de Canudos (Bahia - 1892/1897), aquele órgão da administração federal estabelece como prioridade, em médio prazo, a criação de "patronatos agrícolas" por todo o país. Tais instituições deveriam acolher não só as crianças (especialmente meninos) órfãs, mas também aquelas oriundas de famílias pobres, sem meios para custear uma educação profissional satisfatória, assim como os *meninos-de-rua* que já existiam naquele tempo, com o objetivo "altruísta" de transformá-los em "jovens agricultores do amanhã" (SILVA, 2004, p. 33).

A instalação em Bananeiras - PB, pelo Ministério da Agricultura, do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", na década de vinte, fez com que tornasse pólo da educação agrícola de nível médio. A interiorização das ações do UFPB nos anos setenta e oitenta e o projeto governamental de ampliação dos cursos superiores no país encontram, aqui, condições favoráveis, tanto no que se relaciona à infra-

² O nome do Colégio foi um consenso feito entre direção e professores fundadores, que o denominaram de Patronato Vidal de Negreiros, mais tarde, (André) Vidal de Negreiros, numa homenagem a este relevante vulto histórico, que governou a Capitania da Paraíba no ano de 1606 e Goiana em 1680. O mesmo foi um militar e governador colonial brasileiro a serviço da Coroa de Portugal, e no contexto das invasões holandesas do Brasil, ocorrido entre os anos de 1624 a 1654, foi um bravo lutador contra as hordas holandesas, quando da invasão de Salvador na Bahia (1624), voltando a se envolver no conflito, participando de todas as fases da Insurreição Pernambucana (1645-1654), quando então mobilizou tropas e meios nos sertões nordestinos. In: PINTO, Luiz. **Vidal de Negreiros**: afirmação e grandeza de uma raça. Rio de Janeiro: Alba, 1960.

estrutura de instalações, como à tradição de cooperativismo em Bananeiras com a existência, à época, da primeira Sociedade Cooperativa de Crédito do Sistema Raiffeisen, fundada ainda em 1923.

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (ver figura 42) teve sua inauguração ocorrida, na gestão do presidente Epitácio Pessoa, através do decreto 14.118, no dia 07 de setembro de 1924, sendo inicialmente chamada de Patronato Agrícola "Vidal de Negreiros", passando, em julho de 1931, a se chamar Instituto Agrônomo "Vidal de Negreiros"; em 1947, Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros" e em 1964 adquiriu o nome que traz até hoje: Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros". Em 1968 passou a pertencer à Universidade Federal da Paraíba, abrigando, na atualidade, o Campus III com o Centro de Formação de Tecnólogos, através do Decreto Municipal Nº. 606, datado de 23 de novembro de 1934.

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, ao completar 75 anos, pode ser considerado um dos mais tradicionais estabelecimentos do ensino técnico agrícola no Nordeste e o pioneiro do ensino técnico em agroindústria no Brasil.

Ocupando uma área de 360 hectares no município de Bananeiras, à cerca de 145 km de João Pessoa, o CAVN destaca-se como unidade de ensino profissionalizante, devido à sua vinculação à Universidade Federal da Paraíba, fator responsável pela alta qualificação de seu corpo docente, onde cerca de 85% dos profissionais possuem pós-graduação, seja a nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Entre os objetivos principais do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros estão a promoção da Educação Profissional nos níveis básico e técnico, voltados para as áreas de Agropecuária e Agroindústria, assim como garantir que a formação de seus alunos se desenvolva dentro da necessária e salutar interdisciplinaridade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, seja através dos cursos formais ou mesmo de seminários, assistência a pequenos e médios empresários, na forma de estágios. Subordina-se a esse ideal o compromisso de sempre fomentar e contribuir efetivamente para o desenvolvimento da região do município de Bananeiras e cidades vizinhas, como Belém, Solânea, Borborema, Pirpirituba, Remígio e Guarabira.

Na estrutura de apoio ao alunado o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN, a partir de observação durante a pesquisa, identificamos a existência de biblioteca, lavanderia, residências estudantis masculinas e femininas, setor de

assistência social, consultório odontológico, sala de jogos, sala de televisão, quadra de futebol de salão, campo de futebol, piscina semi-olímpica, ginásio poli-esportivo, quadras de vôlei de areia, 14 salas de aula e 17 laboratórios, incluindo-se aí um moderno Laboratório de Informática, o LABINF, conectado à internet 24 horas por dia e onde o corpo discente do CAVN tem um espaço garantido para ampliar seus conhecimentos na área de operação de *softwares*, através de cursos específicos e também das próprias disciplinas da grade curricular básica.

O acesso e uso desses equipamentos pelos alunos são totalmente gratuitos, obedecendo, no entanto, às normas específicas do funcionamento de cada setor e ao Regimento Interno do CAVN.

No livro *Reminiscências de Patronato a Colégio Agrícola*, Silva (2004) enfatiza um dos projetos desenvolvidos na Escola Agrotécnica em parcerias com organizações, a exemplo da (CBAP) Comissão Brasileira Americana de Produção, com sede no Recife, que proporcionou, na década de 40, uma grande contribuição com a implantação de culturas hortigranjeiras, através dos próprios alunos, onde eles passariam a gerir todas as responsabilidades de implantação desses projetos, comercialização, se preocupando em expedir relatórios dos resultados alcançados, que foram positivos. Outras atividades práticas foram desenvolvidas na criação de aves, (galinhas, marrecos, frangos de corte, produção de pintos de um dia), afora os projetos de hortaliças - e todos esses projetos deram resultados - onde o excesso da produção era comercializado, depois da distribuição para os restaurantes de Bananeiras e nos campi de João Pessoa e Areia (SILVA, 2004, p.292).

3.1 O Ensino Profissionalizante no CAVN: o curso técnico em agropecuário e o PROEJA.

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - CAVN conta atualmente com três cursos técnico profissionalizantes de nível médio, sendo o mais antigo, o técnico em agropecuária, fundado ainda na década de vinte, possuidor de um renomado Ensino Técnico e Profissionalizante de Nível Médio..

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), atento às transformações ocorridas no início deste século, redimensiona suas atividades educativas visando

também formar técnicos com sólida formação para o mundo do trabalho e para a vida; volta-se para uma faixa bastante significativa da sociedade paraibana, aqueles, que por motivos alheios a sua vontade, não puderam concluir a sua escolarização no tempo regular.

A partir desse contexto político e educacional o Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN, passa a desenvolver curso dentro do PROEJA como parte de uma nova tarefa dentro de sua missão educativa, agora voltado para a execução de políticas públicas da educação profissional.

As atividades do Centro de Formação de Tecnólogos estão inseridas no conceito de Sistema Agroindustrial (SAI), que é constituído dos sistemas de produção de insumos, agricultura, pecuária, indústria e comercialização. O conceito destaca o aspecto dinâmico do setor agroalimentar, enfatizando o mercado final, as inovações tecnológicas, as opções estratégicas das organizações e a preservação do meio ambiente. Dentro desta visão, o estudo do sistema agroindustrial tem uma abordagem sistêmica e aproxima as preocupações de engenheiros, economistas, sociólogos, administradores e ambientalistas.

Ressalta-se, ainda, a forte inserção que o CFT – Centro de Formação de Tecnólogos possui na área de educação, oferecendo uma base sólida de conhecimentos em ciência, tecnologia e inovação, com ênfase na educação continuada, no preparo humanístico, na consciência para a cidadania e na melhoria da qualidade de vida do meio rural.

Com base no Plano Político e Pedagógico do CAVN o profissional de nível técnico na Área Agrícola com formação por competências será capaz de:

1. Implantar e gerenciar os sistemas de controle de qualidade na produção agrícola, da região, que apresentem potencialidades indicadas a provocar mudanças e inovações tecnológicas; manter a sustentabilidade ambiental, aplicando métodos que estimulem o empreendimento estratégias de melhorias de vida produtiva em agricultura, voltada para plantas medicinais, através de diversas formas organizacionais;
2. Aplicar as técnicas do sistema produtivo, buscando a experimentação inovativa e as adaptações às necessidades do mercado; selecionar espécies e variedades vegetais adequadas aos

- diversos ecossistemas, aplicando-as na conservação e preservação da biodiversidade e dos condicionamentos culturais do mundo rural;
3. Utilizar estratégias para valorização do trabalho rural, do associativismo e das diversas formas de empreendedorismo rural;
 4. Conduzir a criação de mudas de plantas medicinais, compatíveis com as condições ambientais de cada região;
 5. Aplicar métodos e programas de melhoramento genético de reprodução das espécies de plantas, buscando adequá-las aos seus fins específicos;
 6. Dominar as técnicas e procedimentos de manejo, nutrição e reprodução vegetal; integrar-se ao mercado consumidor desta área agrícola, participando de eventos que visem expor e comercializar plantas de reconhecido teor terapêutico; executar pesquisas em engenharia rural e no ensino agrícola referentes aos aspectos da produção vegetal;
 7. Elaborar, aplicar e acompanhar programas de medidas profiláticas em defesa dos plantios;
 8. Conhecer as normas de utilização do receituário agrícola aplicadas aos produtores;
 9. coordenar associações e entidades representativas de produtores; organizar atividades de pós-colheita, realizando operações de seleção, classificação, produção, armazenamento e previsão de unidades produtivas.

É de suma importância a manutenção da educação ambiental para se ter uma boa seleção de produtos obtidos para serem armazenados, tanto no sentido do manejo, bem como da seleção das espécies e variedades vegetais a que se destinam às atividades do cultivo de plantas medicinais.

3.2 Horto Didático do CAVN

Buscando desenvolver metodologias que possibilitem momentos de reflexão, a prática do horto didático, tem contribuído consideravelmente no ensino-aprendizagem.

O horto didático do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) é constituído por inúmeros ambientes das aprendizagens, denominados de laboratórios vivos. Dentre esses laboratórios, a horta educativa de plantas medicinais representa um ambiente concreto para a prática do cultivo dessas espécies vegetais, contribuindo para uma aprendizagem ativa e significativa dos alunos do PROEJA.

As estratégias empregadas pelos professores durante as intervenções pedagógicas envolve a participação dos alunos em um conjunto de atividades, desde o plantio, passando pelo cultivo e, por último, o emprego das ervas medicinais no cotidiano das práticas sociais dos alunos e da comunidade onde a escola encontra-se inserida. Esses processos metodológicos são concretizados pela ação didática dos professores, a partir do planejamento, execução e avaliação nas aulas prático-laboratoriais, com base no emprego de metodologias que levem os alunos à resolução de problemas no cotidiano. Para tanto, são empregados vários métodos e técnicas de ensino; sobretudo, os métodos Demonstrativos e de Projetos.

Em relação ao método demonstrativo, Gil (1994, p. 39), se posiciona da seguinte forma: A demonstração é a mais antiga de todas as estratégias de ensino usadas pelo homem. De modo bem amplo refere-se à comprovação de qualquer coisa por meio de raciocínio concludente. Assim, a demonstração envolve tanto a comprovação teórica ou prática de um enunciado ou de uma teoria quanto à revelação dos procedimentos necessários para a execução de uma tarefa qualquer.

Apesar do método em epígrafe, aplicar-se mais ao desenvolvimento de habilidades manuais (domínio psicomotor), seu emprego requer planejamento prévio, a partir de etapas ou fases estruturadas. A importância do método demonstrativo resulta na possibilidade concreta, através da realização de tarefas. Nessa perspectiva, durante uma aula demonstrativa, o professor realiza e o aluno observa, o aluno faz e o professor avalia. Essa forma de intervenção na realidade concreta, a partir da manipulação do objeto de estudo, contribui para uma aprendizagem significativa do aluno.

Entretanto, é preciso refletir sobre a qualidade da aplicação do referido método e quais as suas implicações para a melhoria da qualidade do ensino, tendo em vista a transformação da realidade do aluno do PROEJA e do seu contexto social. O método de projetos, inspirado no fazer prático de Kilpatrick e na análise do pensamento filosófico de Dewey, representa uma das principais formas sistêmicas

da produção do conhecimento e da educação. Nesse prisma, Bordenave & Pereira (1989, p. 233), chamam à atenção, em relação à questão:

O método de projetos tem como principal objetivo lutar contra a artificialidade da escola e aproximá-la o mais possível da vida. Para Kilpatrick, o projeto tem uma finalidade real, que orienta os procedimentos e lhes confere uma “motivação”. Isso significa ser ele uma atividade intencional, um plano de trabalho, um conjunto de tarefas que tendem a uma adaptação individual e social, porém, empreendidas voluntariamente pelo aluno ou pelo grupo.

Ao refletir sobre a questão, percebemos que durante a aplicação do método de projetos ocorre a realização de um conjunto de atividades que, a partir das fases distintas (intenção, preparação, execução, apreciação) pode tornar a aprendizagem ativa e interessante, englobando a educação em um plano de trabalho, articulado de forma científica com as disciplinas. As instituições de ensino técnico-profissionalizante, como por exemplo, o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) deve ser considerado como centros educacionais comunitários que têm a função de veiculação de métodos e práticas agrícolas que levem os educandos ao desenvolvimento de habilidades e competências, indispensáveis a resolução de problemas práticos do cotidiano. Nessa perspectiva, a experiência tem demonstrado que a aprendizagem é mais eficiente e eficaz quando orientada através do método de projetos. Esse pensamento é compartilhado por Tavares (1972, p. 15):

O método de projetos é básico no ensino das ciências agrárias. A partir dele, poderão ser utilizados outros métodos, técnicas e procedimentos, visando desenvolver no educando o raciocínio para estimular o pensamento reflexivo na resolução de problemas. Estas atividades devem habilitar o aluno quanto ao estudo de uma situação-problema através da observação, análise, reflexão, interpretação, síntese, indução e dedução, de conformidade com a natureza e características da situação.

A idéia do autor considera que os projetos constituem ambientes vivos (animais, vegetais, materiais e equipamentos laboratoriais) propícios ao desenvolvimento de atividades, a partir de uma variedade de métodos e técnicas, que estimulem a participação ativa dos alunos nas aulas prático-laboratoriais, contribuindo para formação do aluno do PROEJA quanto à cidadania, o mundo do trabalho e a transformação da realidade social.

Esses ambientes vivos constituem-se em verdadeiros laboratórios teórico-práticos, na medida em que os alunos podem desenvolver seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Nessa linha de raciocínio, devem ser contemplados a partir do emprego de métodos que propiciem a interação professor-aluno, uma vez que os agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem lidam com ambientes concretos; manuseando, analisando e refletindo sobre a construção do conhecimento a partir de uma situação real, pois a aprendizagem ocorre quando o sujeito interage com o meio físico.

Ao refletir de forma crítica sobre o método de projetos, percebemos que a sua operacionalização permite a aplicação de outros métodos e técnicas de ensino; entretanto, é preciso que a prática pedagógica seja norteadada pelo ensinar a fazer, para aprender e resolver problemas do cotidiano dos alunos.

A utilização de um conjunto de métodos na tentativa da busca do conhecimento em uma visão de resolução de problemas tem sido uma preocupação dos professores e especialistas com a educação de jovens e adultos, na modalidade de ensino técnico profissionalizante no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN).

O contato direto dos professores e alunos com o laboratório vivo, permite a construção do conhecimento, mediatizado pela realidade concreta, a partir de um processo de interação entre os agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Portanto, segundo Freire (2007, p.78): “é a partir do diálogo em torno dessa realidade, que se constrói o conhecimento de forma coletiva, pois, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Essa forma de lidar com a própria realidade prática, submetê-la a um processo ação-reflexão-ação através do diálogo, impõe uma prática pedagógica crítica, motivadora e transformadora da realidade dos alunos do PROEJA.

As atividades práticas têm possibilitado uma melhor reflexão no sentido do entrosamento entre professores e alunos, entre a teoria e a prática nos hortos didáticos.

Nesse sentido, as atividades práticas vem possibilitando tal reflexão, como bem demonstra as imagens abaixo que registram as atividades desenvolvidas pelos alunos, orientados pelos professores nos hortos didáticos, assim como nos laboratórios.

Figura 1: Cultivo de Mudas

Fonte: Arquivo particular do autor (2009)

Figura 2: Laboratório do CAVN

Fonte: Arquivo particular do autor (2009)

Figura 3: Vista parcial do Horto

Fonte: Arquivo particular do autor (2009)

Figura 4: Experimentos/plantas medicinais

Fonte: Arquivo particular do autor (2009)

Além das atividades didáticas, os hortos tem os objetivos também de cultivar mudas, incentivando a criação de Hortos Comunitários, Escolares e Domiciliares, o CAVN pretende distribuir mudas de plantas medicinais às pessoas que desejarem cultivar um pequeno horto medicinal em sua comunidade urbana ou rural, sua casa, creche, etc., podendo, também, ser implantados hortos nas escolas, com fins educativos, objetivando estimular nos estudantes a conscientização da preservação ambiental e da valorização dos recursos naturais.

Com a finalidade de informar à comunidade os resultados obtidos nas pesquisas científicas realizadas com plantas medicinais, atualmente, existem vários grupos de pesquisadores, tanto no Brasil como no exterior, empenhados em avaliar a eficácia medicamentosa e a toxicidade de plantas utilizadas popularmente como remédios.

Um dos objetivos do Projeto do Horto Comunitário implantado pela UFPB no CAVN é o de reunir as várias publicações existentes sobre estes estudos e divulgá-las de maneira simples e objetiva para que todos tenham acesso irrestrito a esses conhecimentos.

Figura 5: Vista parcial da comunidade em visita ao Horto - (Dia de Campo).



Fonte: Arquivo particular do autor (2009)

3.3 A Prática do Cultivo das Plantas Medicinais no Contexto do PROEJA

Trataremos agora de apresentar as práticas do cultivo das plantas medicinais, como parte do processo de ensino desenvolvido no CAVN. O cultivo de plantas medicinais acontece durante as aulas práticas, onde os educandos do PROEJA, praticam as suas experiências em módulos do ensino profissionalizante para saberem que essas plantas têm seus valores do começo empírico até a pesquisa científica no laboratório, pois, tem o objetivo de levar o educando a aprendizagem das seguintes práticas:

- ✓ Escolha das espécies medicinais (origem e habitat);
- ✓ Escolha da área e limpeza do terreno;
- ✓ Destocamento e retirada dos entulhos;
- ✓ Plantio das plantas medicinais em saquinhos, covas ou em canteiro para reprodução sexuada e assexuada;

- ✓ Distribuição de adubo orgânico (esterco de gado, de galinha e/ou de cabra);
- ✓ Retirada das ervas daninhas;
- ✓ Irrigação por aspersão;
- ✓ Controle de pragas e doenças com as próprias plantas;
- ✓ Colheita das folhas, flores, cascas e raízes;
- ✓ Tintura de alho e alcoolatura de hortelã da folha miúda em laboratório;
- ✓ Dia de campo com visita da comunidade acadêmica à horta da UFPB – Campos III – Bananeiras/PB e outras escolas públicas das cidades circunvizinhas.

A produção orgânica de plantas medicinais reduz os níveis de agressão ao meio ambiente, contribuindo com a saúde do consumidor. Além disso, constitui-se numa alternativa rentável aos produtores. Entre as espécies mais procuradas destacam-se as que se acham evidenciadas nas figuras a seguir:

Figura 6 – Abóbora (*Curubita pepo* L.)



Fonte Acervo do Autor. (2006)

Indicação Tem ação vermífuga, estomáquica e antitérmica, podendo ser usada também no tratamento de inflamações nos rins, fígado e baço, atuando, ainda, em queimaduras e erisipela. A abóbora, também conhecida como jerimum, além de comestível *in natura*, é usada para diversos fins alimentícios.

Figura 7 - Alecrim Rosmaninho (*Rosmarinus officinalis* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Usada como cicatrizante, antimicrobiana, estimulante do couro cabeludo, diurética e estimulante da eliminação de gases pelo aparelho digestivo.

Figura 8- Alfavacão (*Ocimum gratissimum* L.)



Fonte: Acervo do Autor. (2006).

Indicação: Ação anticéptica, expectorante, antigripal, diurético, servindo também como condimento na culinária

Figura 9: Arruda (*Ruta graveolens* L.)



Fonte: Acervo do Autor. (2006).

Indicação: Atuam em problemas menstruais, doenças do fígado, dor de ouvido, verminose, inflamações, febres e câimbras.

Figura 10- Babosa (*Aloe Vera* (L) Burm. F.)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação cicatrizante, antimicrobiana e laxante. Da babosa também são feitos diversos produtos utilizados na linha de cosméticos.

Figura 11 - Barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville)



Fonte Acervo do Autor. (2006).

Indicação: Usado contra leucorréia, hemorragia, hemorróidas, diarreia, na limpeza de ferimentos, em conjuntivite e em curtumes.

Figura 12 - Cajueiro (*Anacardium occidentale* L.)



Fonte Acervo do Autor. (2006).

Indicação: Ação antiinflamatória, adstringente, antiarréica, antiasmática, depurativa, tônica e no combate da diabetes. Seu pseudofruto (*in natura*) e o fruto são iguarias bastante utilizadas para fins alimentícios.

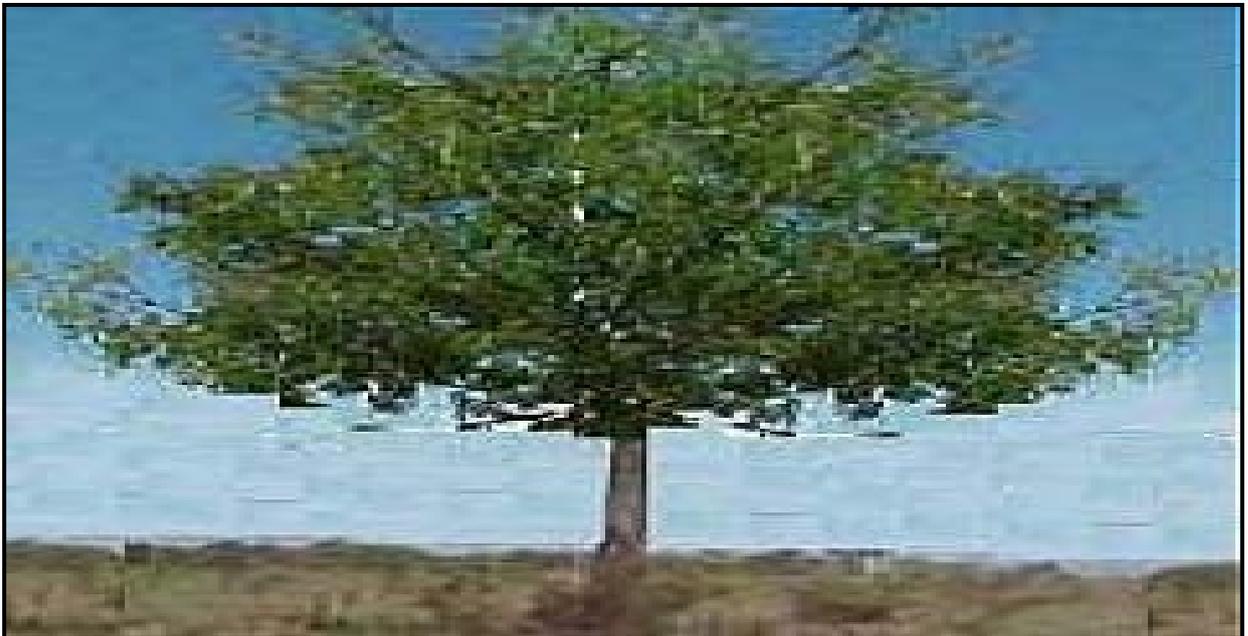
Figura 13 - Capim-santo (*Cymbopogon citratus* Stapf.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Age como sedativo, espasmolítico, no alívio de cólicas uterinas, intestinais e no tratamento do nervosismo.

Figura 14 - Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: No tratamento de infecções catarrais e dissentirias

Figura 15 - Chanana (*Turnera ulmifolia* L.)



Fonte: Acervo do Autor. (2006).

Indicação: Ação adstringente, expectorante. Auxilia no tratamento da diabetes, amigdalite, tônico do sistema nervoso e no tratamento de urina solta e albumina na urina.

Figura 16- Chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus* Mitch.)



Fonte: Acervo do Autor. (2006)

Indicação: Ação diurética, depurativa, no combate das afecções da garganta, rins, bexiga, cálculos renais, hérnias, sífilis, reumatismo e doenças do fígado, próstata e da pele.

Figura 17 - Cidreira de arbusto (*Lippia alba* (Mill.) N.E.Br.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação calmante, espasmolítica, analgésica, sedativa, ansiolítica, expectorante, mucólica e cólicas uterinas e intestinais.

Figura 18 - Colônia (*Alpinia zerumbet*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Indicada no tratamento da hipertensão arterial, ansiedade, febre, gripe, dor de cabeça, congestão nasal, agindo, também, como calmante e diurético.

Figura 19 - Erva-doce (*Foeniculum vulgare* Mill.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação calmante, digestiva, carminativa, antiespasmódica e estimula a lactação.

Figura 20 - Espinheira santa (*Maytenus ilicifolia* Reissek)



Fonte: Acervo do Autor. (2006)

Indicação: Ação terapêutica em casos de gastrites crônicas e úlceras gástricas e duodenais e câncer de pele.

Figura 21: Eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação anticéptica, anticatarral, antiasmática, digestiva, hemostática e febrífuga. Esta árvore também é bastante usada na produção de celulose, e de suas folhas são feitos perfumes, sabonetes, desinfetantes e outros produtos afins.

Figura 22 - Fedegoso (*Heliotropium indicum* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação desobstruente, diurética, e no combate das pneumopatias

Figura 23 - Gengibre (*Zingiber officinale* Roscoe)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Usado em casos de asma, bronquite, rouquidão, menorragia, tendo ação antimicrobiana, estimulante, digestiva, carminativa, antiemética, antiinflamatória, antireumática, antiviral, antiussígena, antialérgica, cardiotônica, e ainda age nos casos de trombose e inflamação da garganta.

Figura 24 - Goiabeira (*Psidium guajava* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação antidiarrética e antiinflamatória. Seu delicioso fruto, além de comestível *in natura*, também é utilizado para diversos fins alimentício

Figura 25 - Hortelã miúda (*Mentha x villosa* Huds.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação antiparasitária, no tratamento de diarreias por infestação intestinal de ameba ou giárdia e de corrimento vaginal por tricomonas.

Figura 26 - Juazeiro (*Zyziphus joazeiro* Mart.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Indicada na limpeza do couro cabeludo e dos fios capilares e na higiene bucal. Possui fruto comestível, de delicioso sabor.

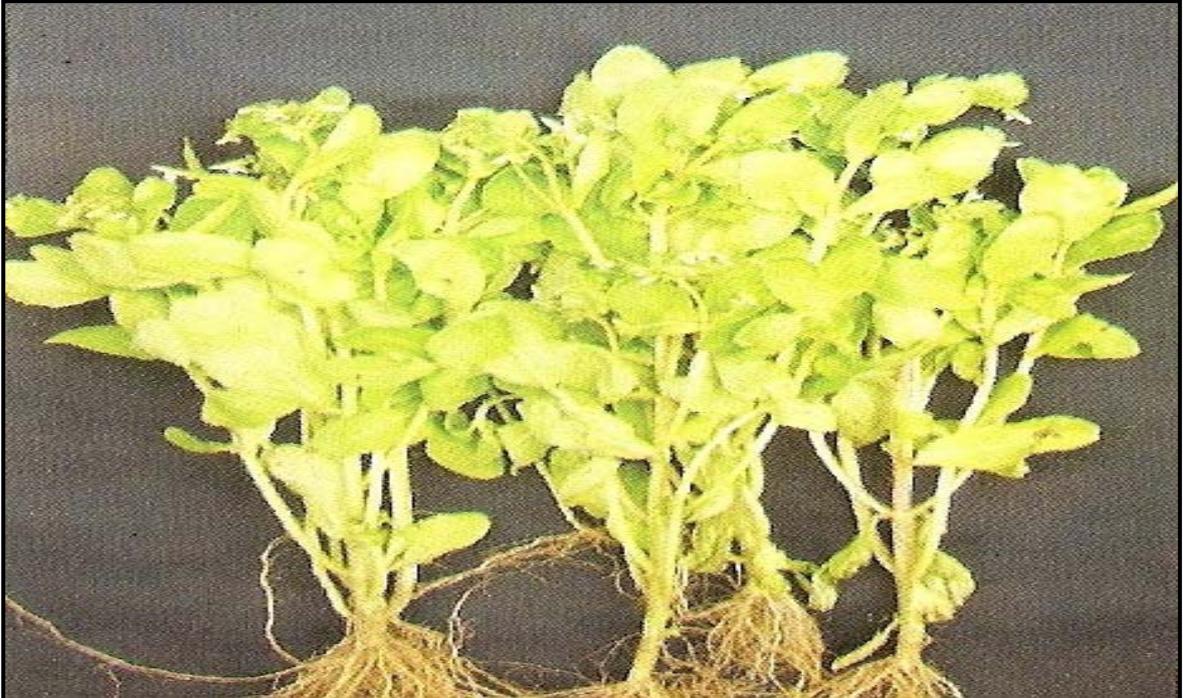
Figura 27 - Jurubeba (*Solanum paniculatum* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Tratamento da anemia, distúrbios hepáticos, de vesícula, de gastrite e febre. Da mesma, também são feitos deliciosos licores.

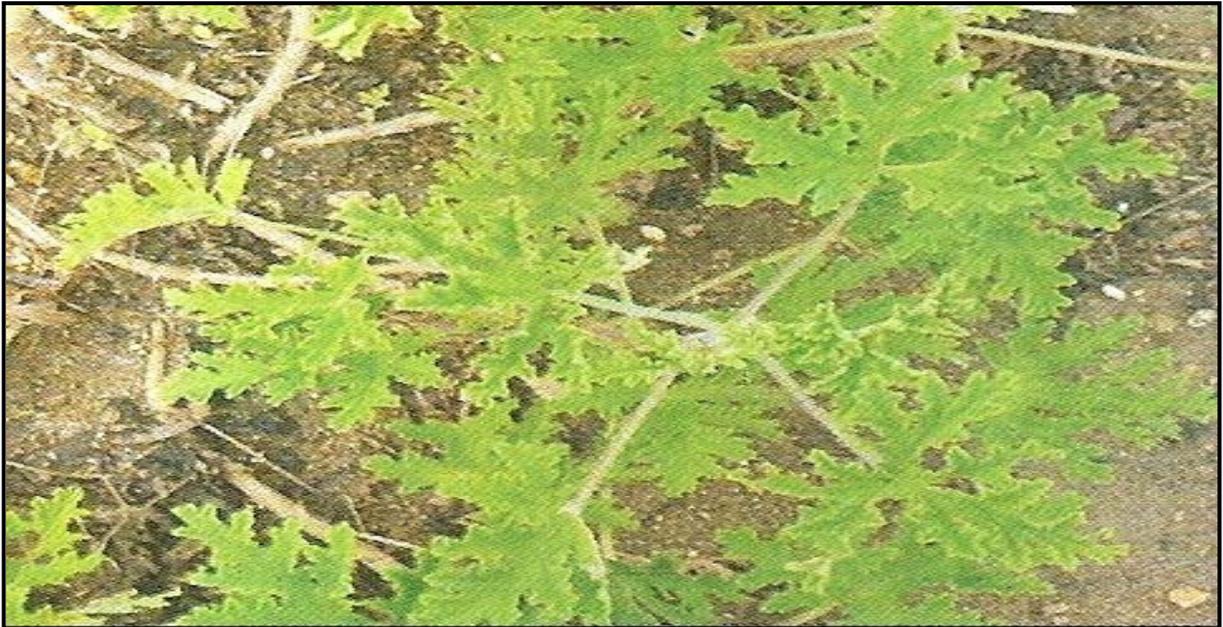
Figura 28 - Macassar (*Aeollanthus suaveolens*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Anti-hipertensivo, combate à enxaqueca, problemas cardíacos e de labirinto.

Figura 29 - Malva rosa (*Geranium erodifolium* L.)



Fonte Acervo do Autor (2006).

Indicação: Problemas intestinais, de cansaço, alívio de cólicas, preparo de lambedor e banho de cheiro.

Figura 30 - Mastruz (*Chenopodium ambrosioides* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação antihelmíntica, antimicrobiana, antireumática, no tratamento de doenças do pulmão e do estômago.

Figura 31 - Melão de São Caetano (*Momordica charantia* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Usado no tratamento das mucosas, da pele, no controle da glicemia e na eliminação de piolhos, sarna e rabugem.

Figura 32 - Mil folhas (*Achillea millefolium* L.)



Fonte: Acervo do Autor (2006).

Indicação: Ação diurética, antiinflamatória, antiespasmódica, cicatrizantes, cólicas menstruais, inflamações respiratórias e cálculo renal.

Figura 33 - Mororó (*Bauhinia cheillantha*)



Fonte Acervo do Autor (2006)

Indicação: Redução do açúcar e do colesterol do sangue e no combate a doenças pulmonares e como adstringentes.



Figura 34 - Mulungu (*Erythina velutina*)

Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Possui ação sudorífera, calmante, vermífuga, antihemorroidal, emoliente e age no combate a doenças pulmonares

Figura 35 - Pau d'Arco roxo (*Tabebuia avellanedae*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação antiinflamatória, antialérgica, antibacteriana, antitumoral, adstringente, cicatrizante, tratamento de gastrite, úlcera do estômago, tendinite, bursite, inflamação da próstata, câncer, inflamação das gengivas, garganta, vagina, colo do útero e ânus.

Figura 36 - Quebra-pedras (*Phyllanthus niruri*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação antiespasmódica, relaxante muscular, analgésico, diurético, antiviral, afecções do sistema renal.

Figura 37 - Romã (*Púnica granatum L.*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Vermífuga, tem ação adstringente, antimicrobiana, antiviral, dor de garganta, rouquidão, inflamação da boca, e locais infectados pelo Herpes e é utilizada também como rica fonte alimentícia.

Figura 38 - Sabugueiro (*Sambucus australis*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação diurética, antiinflamatória, antipirética, anticéptica, cicatrizante, no combate de gripes, resfriados, anginas, tosses, sinusites, artrites, nefrites, cálculos renais e reumatismo.

Figura 39 - Saião (*Bryophyllum pinnatum*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Ação cicatrizante, antiinflamatória, antimicrobiana, antiespasmódica, antimenorréica, no tratamento da gastrite, tosse, bronquite, inflamação do útero, ovário, tumores e dor de cabeça.

Figura 40 - Sete dores (*Plectranthus barbatus*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicações: Males do fígado, problemas de digestão, gastrite, dispepsia e azia

Figura 41 - Vassourinha (*Scoparia dulcis*)



Fonte: Acervo do Autor (2006)

Indicação: Tratamento das afecções respiratórias, tosses, antiácido, indigestão, antiinflamatória, herpes labial, agindo também como expectorante, febrífugo e antihemorroidal

Este capítulo apresenta a metodologia que se busca a discussão sobre a prática do cultivo de plantas medicinais, na visão de uma amostra³ de 25 alunos, do universo⁴ total de 33, que estudam na 1ª série “B” do ensino médio profissionalizante (PROEJA) do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN).

Outro aspecto foi à caracterização deste estudo como exploratório, que busca informação para conhecer melhor a prática do cultivo de plantas medicinais, e para a efetivação do mesmo, utilizou-se metodologicamente, as abordagens qualitativas e quantitativas, pois, muitos autores defendem que a análise quantitativa passa a ser feita a partir de dados quantitativos, e que as duas devem convergir na complementaridade mútua. Segundo CHIZZOTTI (2001, p, 34):

Esses autores consideram que é necessário separar as oposições que subsistem nas pesquisas em ciências humanas e sociais, e apontam que se pode fazer uma análise quantitativa ou que o material recolhido com técnicas qualitativas pode ser analisado com métodos quantitativos, como é o caso de análise de conteúdo.

³ Amostra – parte da população ou do universo. In: RODRIGUES, W.C. Metodologia Científica. FAETEC/IST, Pacarambi: 2007.

⁴ Universo da pesquisa – total de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado fenômeno, In: Metodologia Científica. FATEC/IST, Pacarambi, 207.

3.4 Campo da Pesquisa: CAVN

Figura 42: Vista frontal do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



Fonte: Autor/2009.

A pesquisa teve como campo prático o Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN), localizado no município de Bananeiras, no Estado da Paraíba, onde exercemos a função de professor há mais de 35 anos.

Como Agrônomos lecionamos a disciplina de Horticultura⁵ (com um segmento de Olericultura⁶ para a prática do cultivo de plantas medicinais aos educandos do PROEJA (1ª série “B”). E como Especialista em Matemática – III, leciona a referida disciplina no ensino médio.

O Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN) busca adequar –se a nova política de diretrizes para a educação profissional estabelecida pelo Ministério da Educação e Desporto, para atender a demanda da sociedade para o desenvolvimento local, regional e Nacional.

3.5 Procedimentos e Instrumentos

A partir da pesquisa bibliográfica em livros, artigos de periódicos e outras publicações monográficas, no nível de especialização e mestrados e artigos extraídos da internet, a qual permeia todo o processo do estudo que foi realizado

⁵ Horticultura – arte de cultivar hortas e jardins

⁶ Olericultura - a área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos.

com o objetivo de pesquisar a implantação da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de maneira metodológica o funcionamento do PROEJA no CAVN, seguindo-se descrição dos meios utilizados, para que o objetivo dessa dissertação seja alcançado.

A respeito do instrumento para coleta de dados, optamos pela utilização de um questionário e entrevistas essenciais para o desenvolvimento do nosso trabalho.

As experiências vivenciadas durante toda a pesquisa foram submetidas à análise, discussão e reflexão na interface como objetivo investigar do, através de um processo dialético, envolvendo educador e educandos do PROEJA no CAVN.

3.6 Atores da Pesquisa

Ao atores desta pesquisa foram 25 alunos (amostra) de um universo de 33 alunos da 1ª série, turma “B” do curso técnico de nível médio em agropecuária do PROEJA no CAVN, oriundos de diversas cidades e Estados diferentes que vieram em busca de uma formação profissional na prática do cultivo de plantas medicinais para o mercado de trabalho e galgar um espaço na sociedade.

Para tal pesquisa, foram selecionados pelos critérios que seguem:

- ✓ Educandos que já trazem seus conhecimentos e saberes da vida cotidiana e estudarem na 1ª série; turma “B” do ensino médio do Curso Técnico em Agropecuária;
- ✓ E estarem devidamente matriculado no Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária.

4. A PRÁTICA DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS NO PROEJA DO CAVN

Conforme a **Tabela 1**, 92% dos entrevistados são do sexo masculino, o que perfaz um total de 23 alunos, enquanto que apenas 8%, com um total de 2 alunos, são do sexo feminino, demonstrando assim, que os homens representam a maioria dos alunos matriculados no curso do PROEJA.

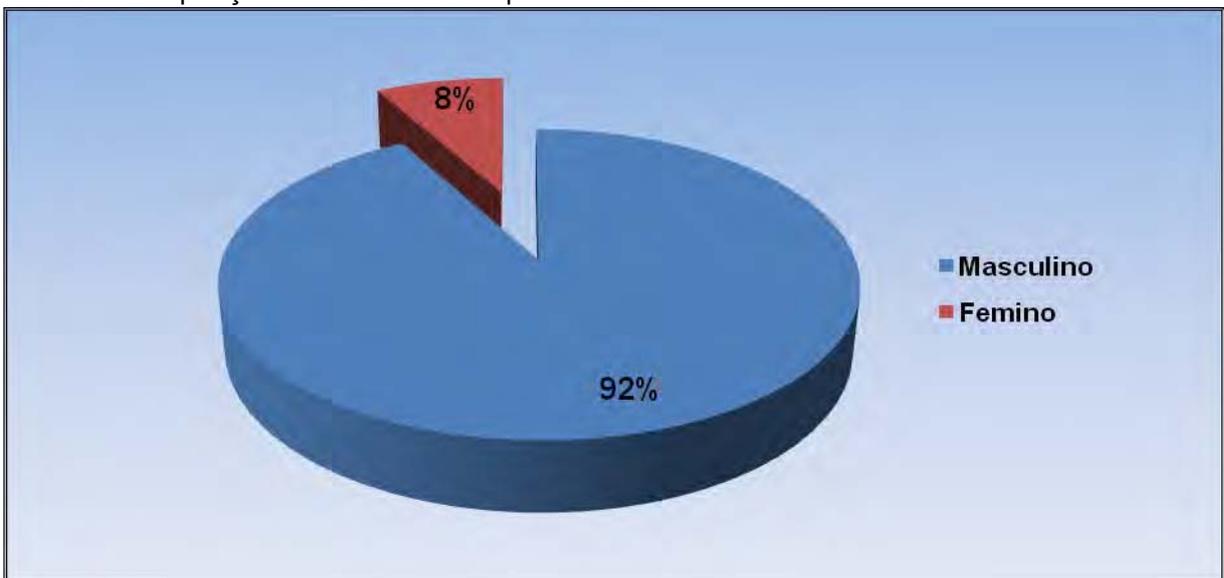
Tabela 1: Percentual dos entrevistados quanto ao sexo

Sexo	Nº.	(%)
Masculino	23	92
Feminino	2	8
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

De acordo com a disposição dos entrevistados quanto ao sexo o **Gráfico 1**, corresponde 92% dos entrevistados são do sexo masculino e 8% do sexo feminino.

Gráfico 1: Disposição dos entrevistados quanto ao sexo



Fonte: Autor/2008.

A predominância do sexo masculino reflete a composição de gênero dos alunos do PROEJA no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN, ou seja, verifica-se uma pequena procura pelas alunas para o curso da área agrícola.

Verifica-se que na **Tabela 2**, 24% dos entrevistados têm de 18 a 20 anos; 20% dos entrevistados têm de 20 a 25 anos; 32% dos entrevistados têm de 25 a 30

anos; 12% dos entrevistados têm de 30 a 40 anos; 8% dos entrevistados têm de 40 a 50 anos; 4% dos entrevistados têm mais de 50 anos.

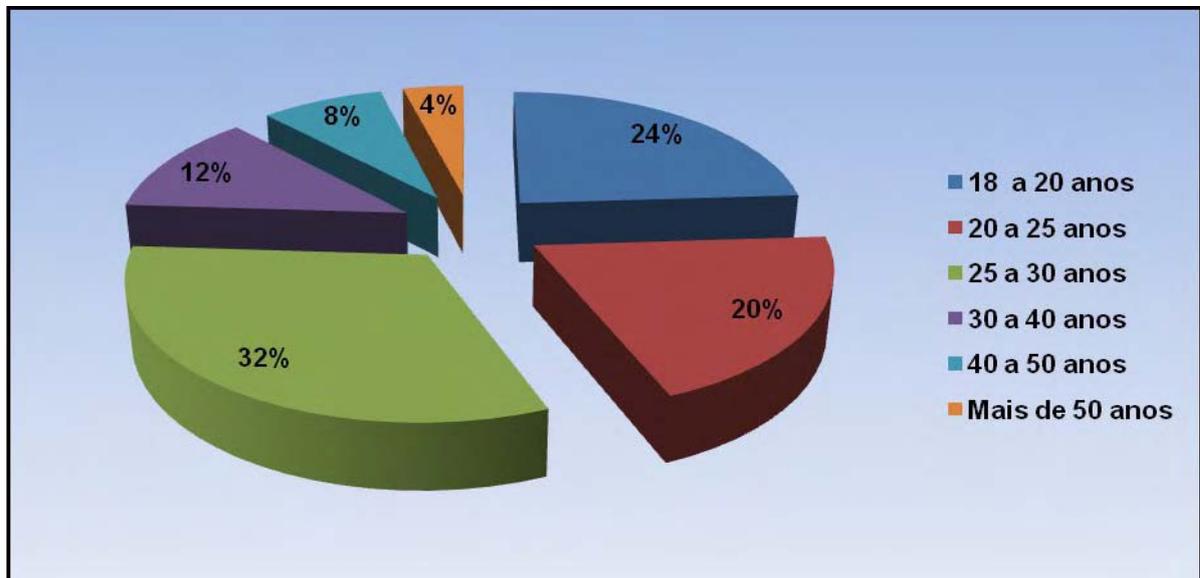
Tabela 2: Percentual dos entrevistados quanto à média da idade.

Faixa Etária	Nº	(%)
18 a 20 anos	6	24
20 a 25 anos	5	20
25 a 30 anos	8	32
30 a 40 anos	3	12
40 a 50 anos	2	8
Mais de 50	1	4
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

De acordo com a disposição dos entrevistados quanto à média de idade o **Gráfico 2**, corresponde que 24% dos entrevistados estão entre 18 a 20 anos, 20% estão entre 20 a 25 anos, 32% estão entre 25 a 30 anos, 12% estão entre 30 a 40 anos, 8% estão entre 40 a 50 anos e 4% estão entre os mais de 50 anos.

Gráfico 2: Disposição dos entrevistados quanto à media da idade.



Fonte: Autor/2008.

Notadamente, os mais interessados sobre o assunto do cultivo de plantas medicinais são pessoas na faixa etária de 25 a 30 anos de idade, que compreende 32% (trinta e dois por cento) do total dos entrevistados.

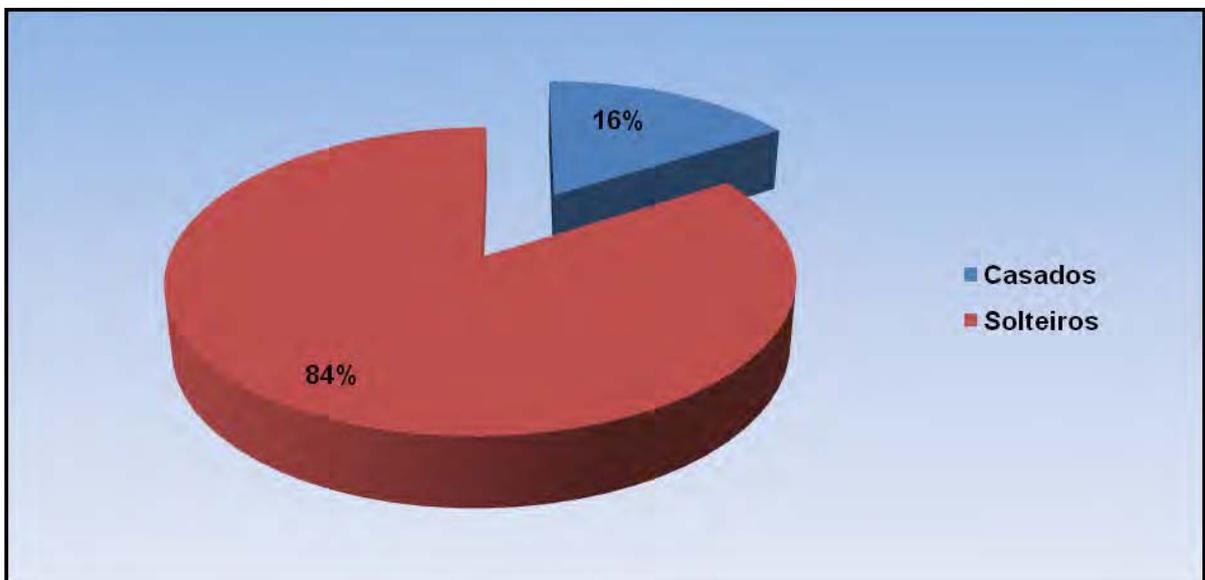
A análise da **Tabela 3**, no que diz respeito ao estado civil dos entrevistados, levou o pesquisador a detectar que, dentre os mesmos, 16% o que perfaz um total de 4 são casados e que 84% o que perfaz um total de 21 são solteiros.

Tabela 3: Percentual dos entrevistados quanto ao estado civil.

Estado Civil	Entrevistados	(%)
Casados	4	16
Solteiros	21	84
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

Estudando a disposição dos entrevistados quanto ao estado civil, o **Gráfico 3**, verifica-se que 84% são solteiro e 16% são casados, tendo uma análise mais objetiva, observamos que os casados estão em grande maioria.

Gráfico 3: Disposição dos entrevistados quanto as estado civil

Fonte: Autor/2008.

Fazendo considerações sobre o **gráfico 3**, notadamente os solteiros são maioria e estão mais interessados sobre o que vem acontecendo no mundo, no Brasil e principalmente na sua cidade natal, para tanto vejam a comparação do gráfico 2 em relação ao gráfico 3 onde no gráfico 2 a maioria dos entrevistados têm a idade entre 25 a 30 anos, pressupondo que são solteiros, enquanto no gráfico 3 demonstra que a maioria dos entrevistados são solteiros

A partir da análise realizada em torno dos percentuais que compõem a **Tabela 4**, verifica-se que 12% dos entrevistados são provenientes de Solânea e Pitimbu (PB); 8% dos municípios de Mari (PB), São Vicente do Seridó (PB) e Pacatuba (CE); e os demais, equivalentes a 4%, são oriundos de Itambé (PE), Taperoá (PB), Livramento (PB), Russas (CE), Salgado de São Félix (PB), Caaporã

(PB), Pedra Bonita (MG), Pilar (PB), Nova Cruz (RN), Quirinópolis (GO), Bananeiras (PB), Girau do Ponciano (AL) e Guarabira (PB).

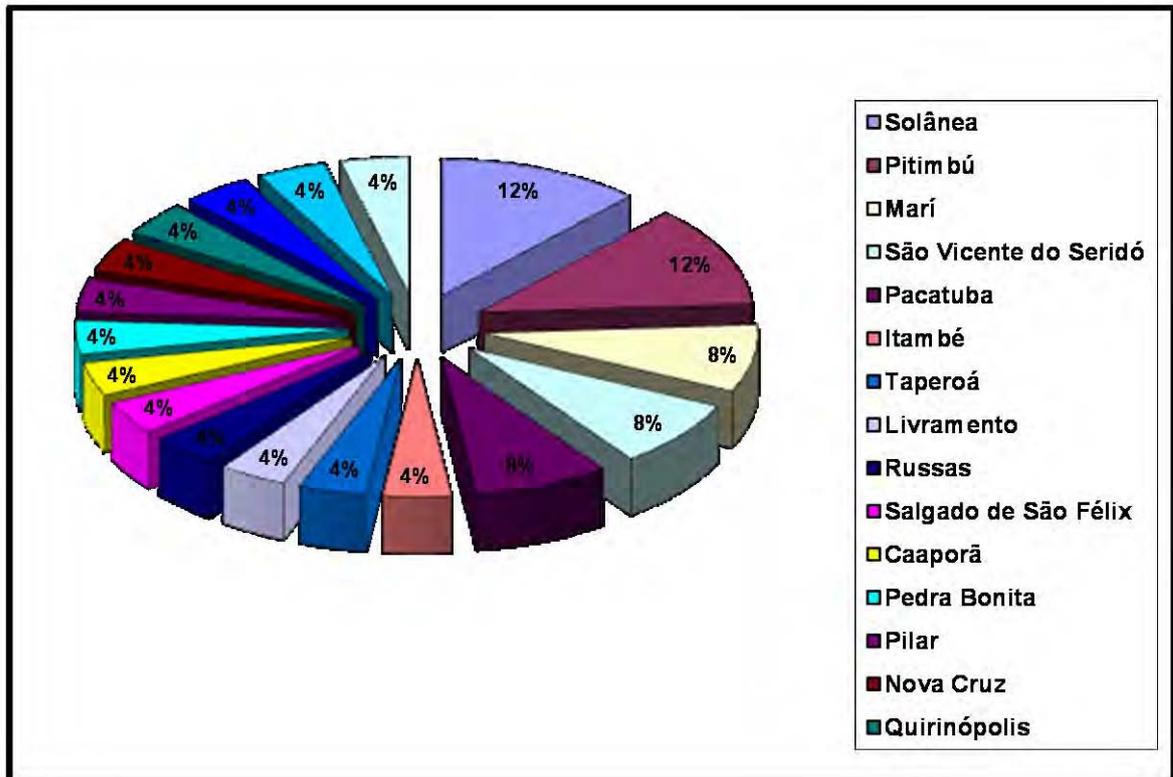
Tal aspecto leva o pesquisador a perceber a diversidade cultural que o Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” agrega, com a sua demanda; uma vez que, os alunos que nele estudam, além do estado da Paraíba (onde o mesmo fica situado), provêm ainda de cidades e estados variados, como Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais e Goiás.

Tabela 4: Percentual dos entrevistados quanto ao município de origem.

Municípios	(%)
Solânea	12
Pitimbu	12
Mari	8
São Vicente do Seridó	8
Pecatuba	8
Itambé	4
Taperoá	4
Livramento	4
Russas	4
Salgado de São Felix	4
Caaporã	4
Pedra Bonita	4
Pilar	4
Nova Cruz	4
Quirinópolis	4
Bananeiras	4
Girau do Ponciano	4
Guarabira	4
Total	100

Fonte: Autor/2008.

A disposição dos entrevistados quanto ao município de origem, analisamos que 12% têm origem em Solânea, 12% em Pimibu, 8% em Mari, 8% em São Vicente do Seridó, 4% em Pecatuba, 4% em Itambé, 4% em Taperoá, 4% em Livramento, 4% em Russas, 4% em Salgado de São Felix, 4% em Caaporã, 4% em Pedra Bonita, 4% em Pilar, 4% em Nova Cruz, 4% em Quirinopolis, 4% em Bananeiras, 4% em Girau do Ponciano e por último 4% em Guarabira.

Gráfico 4: Disposição dos entrevistados quanto ao município de origem

Fonte: Autor/2008.

Vejam a importância dos cursos oferecidos pelo Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN polariza toda a região, primeiro pela qualidade de ensino, segundo pelo tempo que o colégio atua com excelentes resultados.

No que diz respeito ao endereço dos alunos pesquisados, constatou-se um interessante aspecto apresentado na análise da **Tabela 5**, que consiste no fato de que 64% dos alunos entrevistados – portanto, em sua maioria – são oriundos da zona rural; enquanto que 36% dos mesmos provêm da zona urbana.

Tal aspecto é interessante no sentido de que, mesmo o CAVN, se localizando num setor urbano de Bananeiras, ainda assim, existe uma prevalência de pessoas que vivem na zona rural, são alunos que querem aperfeiçoar práticas das quais já tinham certa noção, com as experiências vivenciadas no campo, porém, com as orientações técnicas a respeito de plantas medicinais recebidas no curso, retornariam com novas práticas e conhecimentos.

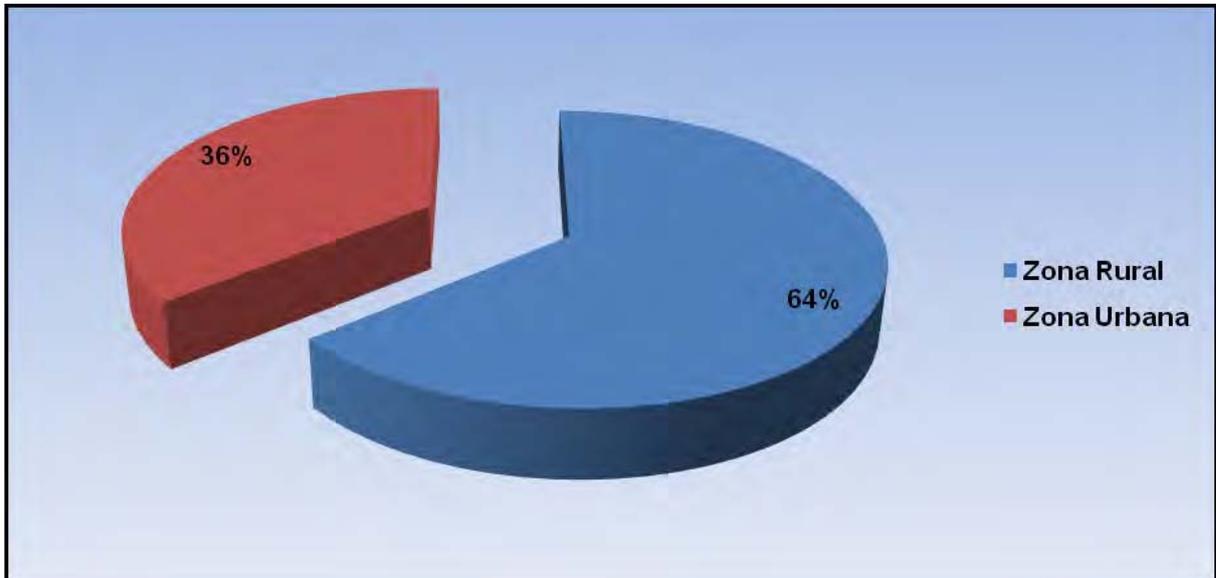
Tabela 5: Percentual dos entrevistados quanto à área que residem.

Área que residem	Nº	(%)
Zona Rural	16	64
Zona Urbana	9	36
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

A disposição dos entrevistados quanto a área que residem, ao analisarmos o **Gráfico 5**, verificamos que 64% residem na área rural enquanto 36% na área urbana, isso nos dá uma visão de que os entrevistados a maioria são da área rural como podemos vê abaixo.

Gráfico 5: Disposição dos entrevistados quanto à área que residem.



Fonte: Autor/2008.

A análise da **Tabela 6**, que remete diretamente ao tema proposto nesta dissertação, tem sua importância quanto ao que se pretende obter da mesma. Na leitura dos dados coletados e apresentados em tela, ficou claramente evidenciada a necessidade que tem os alunos do CAVN em adquirir conhecimentos técnicos para que, dessa forma, se sintam preparados para trabalhar nesta área, pois 80% dos entrevistados afirmam que não tem experiências com trabalho, revelando a necessidade de terem experiência com PL antes medicinais através de uma orientação didático-pedagógica voltada para este fim e 20% dos entrevistados assinalaram a categoria sim, pois já tem experiências com seus pais, avós e vizinhos.

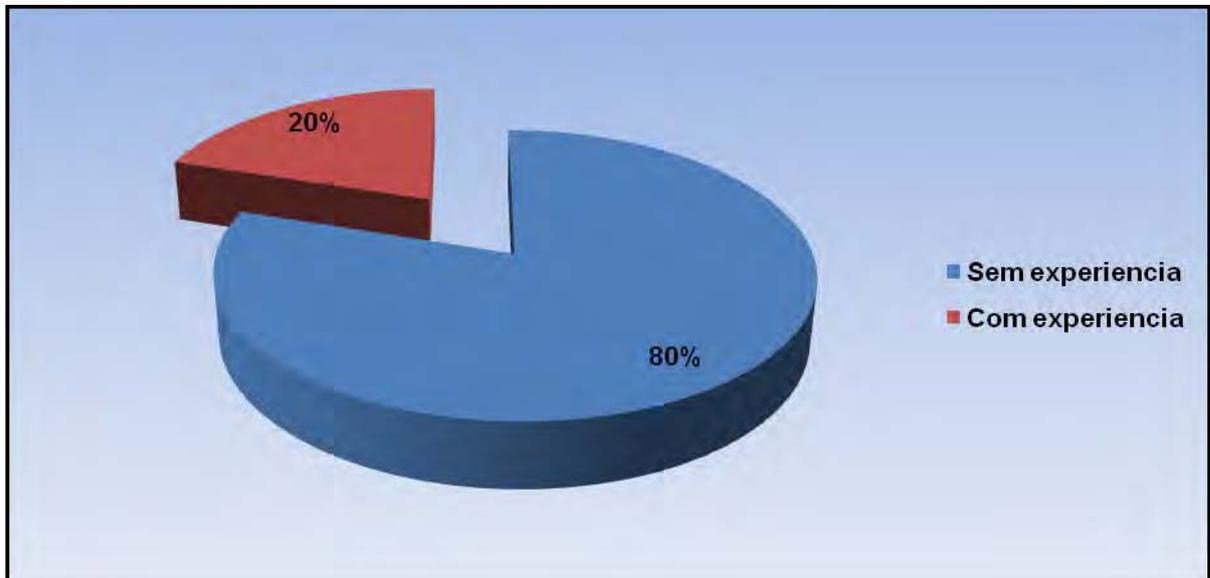
Tabela 6: Percentual dos entrevistados quanto à experiência prévia com plantas medicinais.

Experiências com plantas medicinais	Nº	(%)
Sem experiência	20	80
Com experiência	5	20
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

Conforme a disposição dos entrevistados quanto a experiência prévia com plantas medicinais, podemos analisar no **Gráfico 6**, que 80% dos entrevistados tem experiência e que 20% não tem experiência alguma com plantas medicinais.

Gráfico 6: disposição dos entrevistados quanto a experiência prévia com plantas medicinais.



Fonte: Autor/2008

Na **Tabela 7**, representa 80% faz uso de algum tipo de planta medicinal, e que outras 20% não faz uso dessas plantas. A cultura popular já consagrou o uso de várias plantas. O aumento do consumo de plantas medicinais é notável, este é um fato bastante preocupante, pois, na maioria dos casos, as pessoas fazem uso das plantas, leigos dos riscos que a mesma pode ocasionar, nos casos do uso inadequado. Visto que as plantas medicinais são constituídas por princípios ativos e estes são responsáveis por sua ação terapêutica, desencadeando diversas reações nos organismos vivos (vegetais, animais e nos seres humanos). Por este motivo, não é recomendável misturar diversas plantas, provocar efeitos indesejáveis.

Segundo (YUNES *et al.*, 2001), atualmente o mercado mundial de fitoterápicos gira em torno de aproximadamente 22 bilhões de dólares, indicando seu crescimento nos últimos anos.

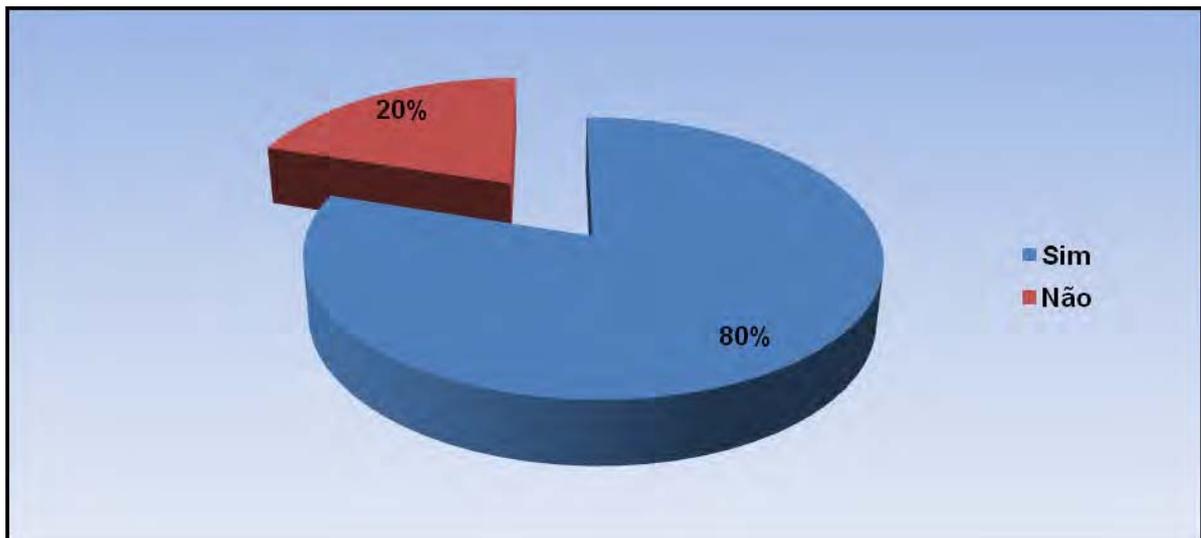
Tabela 7: Percentual dos entrevistados quanto à utilização de plantas medicinais para tratar doenças.

Utilização de plantas medicinais	Nº	(%)
Sim	20	80
Não	5	20
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

De acordo com a disposição dos entrevistados quanto a utilização de plantas medicinais para tratar doenças, podemos analisar que 80% utilizam plantas para tratar doenças e que 20% não utilizam. Isso nos dá uma visão de que cada vez mais as pessoas estão usando plantas para curar suas doenças sem a devida orientação do farmacêutico, não esperando apenas por remédios que são comprados em farmácias, usando perigosamente da automedicação.

Gráfico 7: Disposição dos entrevistados quanto à utilização de plantas medicinais para tratar doenças.



Fonte: Autor/2008.

Na **Tabela 8**, mostram que a maioria dos entrevistados, somando 68% utilizam as plantas medicinais na forma de chás, 20% utilizam na forma de infusão, 8% utilizam na forma de tintura e 4% utilizam na forma de alcoolatura, observa-se que a forma de chá é a mais convencional de se utilizar as plantas medicinais, era mais comum preparada pelos índios, para curar ou aliviar alguma doença.

Segundo Soares, (2004, p. 33) menciona:

O Brasil tem uma das mais ricas biodiversidades do planeta, com milhares de espécies em sua fauna e flora. Possivelmente aqui a utilização das plantas – não só como alimento, mas também como fonte terapêutica – começou desde que os primeiros habitantes chegaram ao Brasil, há cerca de 12 mil anos, dando origem aos paleoíndios (índios da era paleozóica) amazônicos, dos quais derivam as principais tribos indígenas do país. As primeiras informações sobre os hábitos dos indígenas só vieram à luz com o início da colonização portuguesa. Um pouco mais tarde, o padre José de Anchieta detalhou as plantas comestíveis e medicinais, especificamente, Anchieta falou muito em uma “erva boa”, a hortelã pimenta, que era utilizada pelos índios contra indigestão, para aliviar nevralgias, reumatismo e doenças nervosas.

Infelizmente o nosso povo ainda não conhece a nossa riquíssima flora brasileira, o nosso País tem a mais rica biodiversidades do mundo, com milhões de espécies em sua fauna e flora, mas o nosso governo ainda não tem incentivado como deveria ser, estamos fazendo parte através dos cursos oferecidos pelo Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN., mas é preciso conscientizar os nosso estudantes para a responsabilidade que temos perante o nosso futuro.

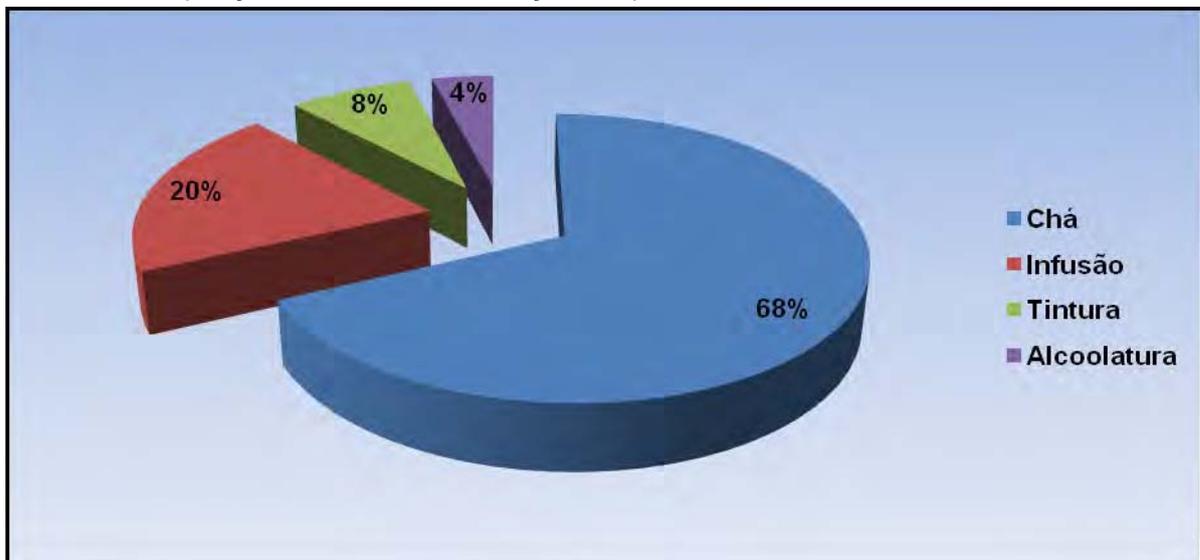
Tabela 8: Percentual das formas de utilização das plantas medicinais

Forma de utilização das plantas medicinais	Nº	(%)
Chá	17	68
Infusão	5	20
Tintura	2	8
Alcolatura	1	4
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

A tabela 8 nos mostra a disposição das formas de utilização das plantas medicinais, podemos analisar que 68% utilizam Chás, 20% utilizam a infusão, 8% utilizam a tintura e que 4% utilizam a alcoolatura.

Gráfico 8: Disposição das formas de utilização das plantas medicinais



Fonte: Autor/ 2008.

Na **Tabela 9**, observamos que 100%, residentes as diversas localidades de origem, conhecem algum tipo de planta medicinal. Este resultado demonstra o abrangente conhecimento por parte da população em geral. O conhecimento de

alguém que utiliza plantas medicinais ajuda a população, a saber, quais as plantas que curam e as plantas que poderiam causar algum mal e quando tem alguém ao redor que utiliza, este conhecimento é repassado de forma empírica.

É importante destacar as palavras de SILVA (2008), que relaciona a importância do conhecimento empírico sobre a eficiência da planta medicinal para a promoção da prática do cultivo e manutenção da biodiversidade como também para a possível conservação dos habitats naturais onde essas plantas são encontradas.

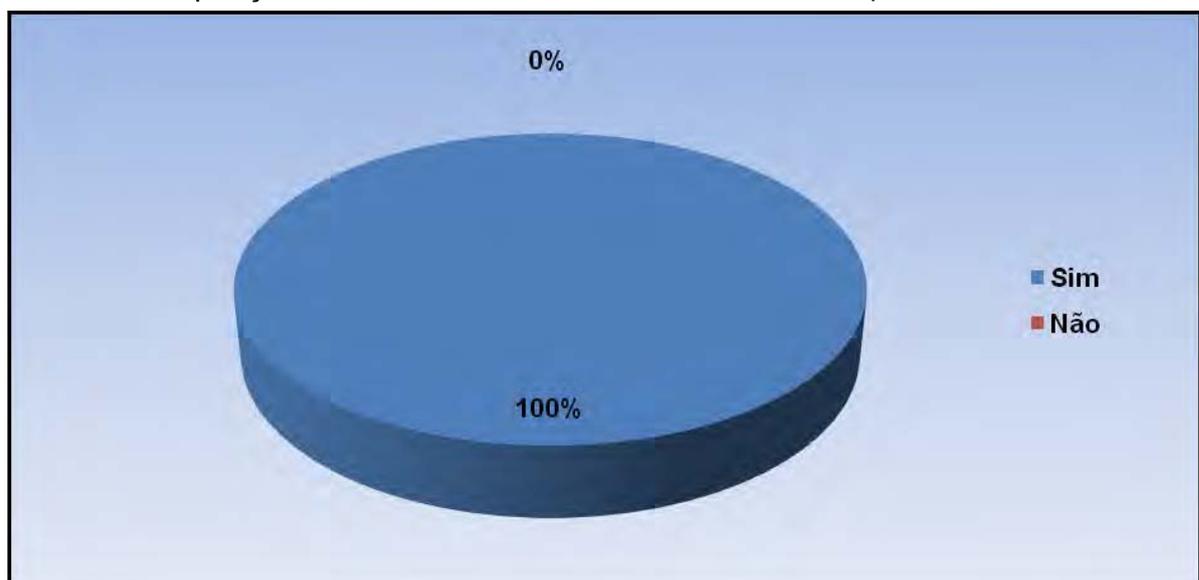
Tabela 9: Percentual do conhecimento dos entrevistados acerca das plantas medicinais.

Variável	Nº	(%)
Sim	25	100
Não	0	0
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

No tocante a disposição do conhecimento dos entrevistados acerca das plantas medicinais, o **Gráfico 9**, demonstra que 100% dos entrevistados conhecem plantas medicinais.

Gráfico 9: Disposição do conhecimento dos entrevistados acerca das plantas medicinais.



Fonte: Autor/2008.

Verifica-se na **Tabela 10**, do total dos entrevistados, 92% são do ensino fundamental, com 8% do ensino médio. Devido à maioria das educandos

entrevistados que estuda na 1ª série turno “B” do PROEJA possuem o 1º grau, supõe que o conhecimento sobre a prática do cultivo de plantas medicinais, seja advindo da cultura popular, ou seja, de conhecimentos herdados de gerações passadas.

Mesmo sendo jovens e adultos estes são oriundos de áreas rurais e sua maioria cursa o ensino fundamental, buscando a educação profissional como uma forma de abreviar seu caminho no mercado de trabalho..

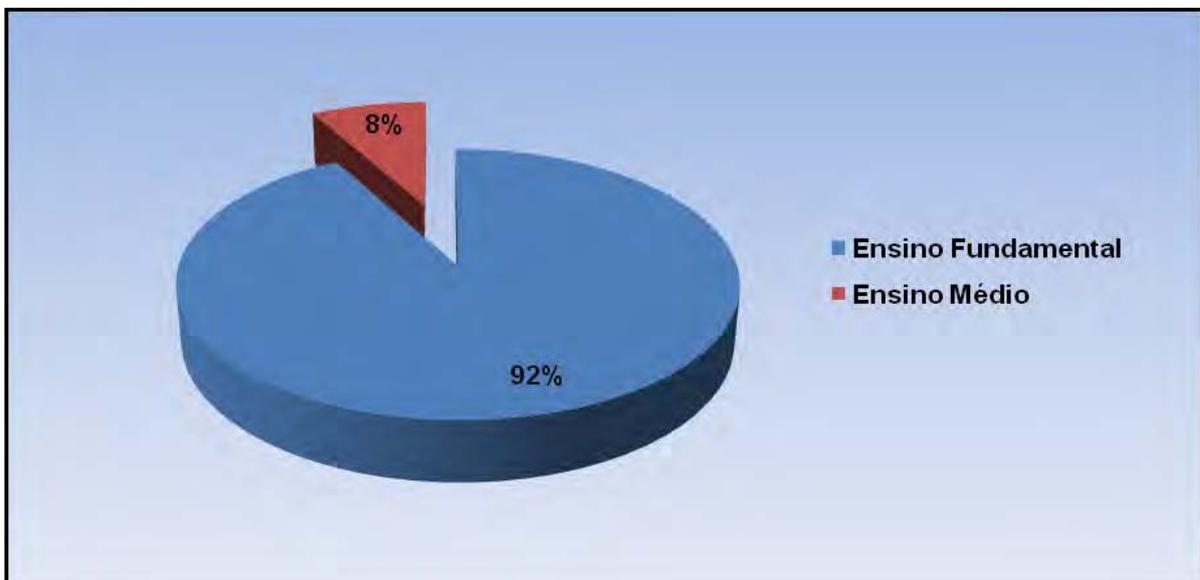
Tabela 10: Percentual dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade.

Grau de escolaridade	Nº	(%)
Ensino Fundamental	23	92
Ensino Médio	2	8
Total	25	100

Fonte: Autor/2008.

De acordo com a disposição dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade, o Gráfico 10, demonstra que 92% dos entrevistados cursam o ensino fundamental enquanto que 8% cursam o ensino médio.

Gráfico 10: Disposição dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade



Fonte: Autor/2008.

Analisando o gráfico 10, a maioria dos alunos é do ensino fundamental, advindos da área rural, justifica essa situação pelo motivos desses jovens desejarem adquirir novas práticas e conhecimentos das plantas medicinais e principalmente o desejo de ingresso no mercado de trabalho.

Mediante as questões abaixo, teremos algumas perguntas abertas, ou seja, perguntas subjetivas em relação ao curso do PROEJA e suas análises:

- Pergunta de nº. 11. Porque escolheu estudar no PROEJA (ensino agrícola)?

Resp. Escolhi, porque o PROEJA, qualifica muito bem os alunos, que futuramente poderá arranjar um bom emprego, além disso, temos uma bolsa de R\$ 100,00, uma boa alimentação e alojamento.

- Pergunta de nº. 12. Quais as expectativas sobre esse curso?

• Resp. A expectativa é de ter uma boa aula, excelentes professores, aprender mais sobre as plantas e ervas medicinais e finalmente receber o diploma.

- Pergunta de nº. 13. O que você conhece sobre plantas medicinais?

Resp. A nossa família sempre usou as ervas medicinais para curar doenças, portanto, conhecemos algumas plantas que usamos para curar as nossas doenças, porque comprar remédios é muito caro

- Pergunta de nº. 14. Que contribuição você destaca das práticas desenvolvidas durante a disciplina Olericultura para sua formação profissional?

Resp. Eu achei muito bom, porque aprendemos aplicar e conhecer melhor as plantas medicinais, usando com mais segurança para a cura das doenças. Com isto, estamos prontos para assumir um emprego profissionalmente.

- Pergunta de nº. 15. Como fazer para melhorar a produção dos princípios ativos das plantas medicinais?

Resp. Nos alunos aprendemos que o teor e qualidade dos princípios ativos das plantas medicinais, como sendo os produtos que interessam comercialmente, por isso tem que respeitar suas características ecológicas, procurando reproduzi-las em seus locais de ocorrência natural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta dissertação, cujo tema denominou-se de *a prática do cultivo de plantas medicinais na educação profissional de jovens e adultos (PROEJA) no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN), no município de Bananeiras – PB*, a partir da ótica dos educandos da 1ª série Turma “B” (PROEJA) do Curso Técnico em Agropecuária, aos quais foi aplicado um questionário solicitando dos mesmos respostas ligadas ao referido tema, foi detectado pelo pesquisador, que existe entre a maioria dos entrevistados, o desejo que eles têm de conhecerem, de forma técnica, como lidar com as plantas medicinais.

Por outro lado, também foi percebido pelo pesquisador que tais alunos oriundos, em especial, da área rural, não só da região, mas também de outros municípios localizados fora da Paraíba, já cultivavam em seus domicílios diversos tipos de plantas medicinais para fins terapêuticos, bem como, sabem um significativo elenco de nomes destas espécies de plantas, a exemplo de: Erva-doce, Boldo, Hortelã (da folha miúda e da folha graúda), Erva cidreira, Babosa, Cajueiro roxo, Romã, Capim Santo, Aroeira, Arruda, Eucalipto, Camomila, Alecrim, etc., e que, devido à tradição e cultura de seus familiares (que os ensinaram, de forma empírica a importância que tem as mesmas em sua utilização terapêutica, e também como remédio natural), vêm no Curso Técnico em Agropecuária, uma possibilidade de, com os conhecimentos adquiridos no mesmo, no futuro, ocuparem um posto no mercado de trabalho nesta área.

Também foi detectado que quando indagados sobre a visão que os entrevistados tinham sobre as plantas medicinais para a humanidade, foram obtidas respostas que revelaram o sentimento dos entrevistados quanto à obrigação que tem o homem de preservar estes tipos de vegetais terapêuticos, que segundo eles, representam uma importante modalidade na área da medicina que, a cada dia que passa, vem se utilizando destes tipos de plantas para o bem da humanidade, sendo, conforme palavras de um entrevistado *“Uma maneira de curar doenças sem medicamentos de maneira barata e saudável.”*

Finalizando, sabemos que o poder curativo e o conhecimento das plantas advêm desde da antiguidade, mas até hoje, a medicina moderna busca nas plantas o poder para curar males que ainda não sabem como curá-las. Embora o uso das

plantas medicinais tenha sido bastante difundido nestas últimas décadas, o seu potencial poderia ser ainda mais explorado. Podemos reduzir o consumo de medicamentos industrializados, utilizando com mais frequência o uso correto das plantas medicinais.

Como o custo das plantas medicinais é muito baixo, podemos utilizar e manter um boa quantidade de ervas em nossa casa mesmo tendo pouco espaço para cultivar, por exemplo uma janela ensolarada é suficiente para o cultivo da mesma, utilizando solo livre de qualquer contaminação, usando adubo orgânico, evitando no seu armazenamento, o contato com ar, água luz e calor excessivo, como também precisamos ter cuidado na dosagem, no preparo dos chás, porque a qualidade dos remédio vegetais dependem exclusivamente do controle das quantidades de água e de ervas orientadas pelo profissional de saúde, o seu consumo errado ou em quantidades excessivas poderá causar danos à saúde.

Outro objetivo deste trabalho foi desenvolver uma metodologia de ensino prático das plantas medicinais para uso nas aulas *educação profissional de jovens e adultos (PROEJA)* no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN), no município de Bananeiras – PB, a partir da 1ª série Turma “B” (PROEJA) do Curso Técnico em Agropecuária, como forma de despertar o interesse dos estudantes para esta área, os métodos desenvolvidos e os resultados obtidos serão aplicados em atividade de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer 11/2000. Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

BRASIL. Governo Federal/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2006, 2006. Consultado em maio de 2009, http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774

BRASIL. Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005.

BRASIL. MEC/INEP. Portaria 3.415, de 21 de outubro de 2004, 2004. Consultado em maio de 2009, em <http://www.inep.gov.br/basica/encceja/legislacao/>

BRASIL. MEC/INEP. Portaria 44, de 10 de março de 2005, 2005. Consultado em maio de 2009, em <http://www.inep.gov.br/basica/encceja/legislacao/>

BRASIL. MEC/INEP, 2006. Consultado em maio de 2009, em <http://www.inep.gov.br/basica/encceja/>

BRASIL. MEC/SETEC. Projeto Escola de Fábrica, 2005. Consultado em maio de 2009, <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=479&Itemid=602>

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base, 2005. Consultado em maio de 2009, em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_docbaseproeja.pdf

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Brasil** — o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Consultado em Janeiro de 2007, em http://www.ciee.org.br/portal/apoio/eventos/documentos/paulo_tafner.swf

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5.840, de 13 de junho de 2005, 2005a. Consulta em Janeiro de 2007, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005, 2005b. Consultado maio de 2009, em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm

BRASIL. Presidência da República/Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Geral do PROJOVEM. PROJOVEM — Programa de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação comunitária. Brasília, 2005. Consultado em maio de 2009, em <http://www.projovem.gov.br/docs/ppi.pdf>.

BARROS, Célia Guimarães. Psicologia e Construtivismo. São Paulo-Sp. Ática. 1996.

BORDENAVE, J. D. e PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino aprendizagem. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

CANÁRIO, Rui. A aprendizagem ao longo da vida. Análise crítica de um conceito e de uma política. In R. Canário (org.), **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto Editora, 2003.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DURANTE, M. Alfabetização de Adultos. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 46ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra. 2007.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: In: GADOTTI, M. e Romão, I.E. (orgs). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 9ª Ed. São Paulo: Cortes, 2007. (Guia da Escola Cidadã. V. 5).

FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* **A política de educação profissional do governo Lula: um percurso histórico controvertido**. *Revista Educação e Sociedade*, 26, 92. Campinas, 2005.

GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 2ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1994, p.39.

HADAAD, S. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos. Em aberto. Brasília, Vol. 11, nº 56, 1991, p.24..

LIMA, José Luciano dos Santos de. *et al.* **Plantas medicinais de uso comum no nordeste do Brasil**. Campina Grande: CEDAC, 2006.

PIAGET, Jean. O biólogo que pôs o aprendizado no microscópio. In: Nova Escola: revista do professor (edição Especializada). Editora Abril. São Paulo – SP. Dez. /2004, p.43.

PEREIRA, C. & DOLLA, M.C. Alfabetização de jovens e adultos. Governo municipal de educação. Paraná, Editora Cascavel, 2003

PINTO, Luiz. **Vidal de Negreiros**: afirmação e grandeza de uma raça. Rio de Janeiro: Alba, 1960.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In* M. G. Rua, **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2v. Brasília: CNPD, 1998.

SILVA, Manoel Luiz da. **Reminiscências: Capítulos da História do Patronato Agrícola**. Bananeiras: Ed. do autor, 2004.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir**. *In*: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

TAVARES, C. A. Educação Agrícola na comunidade rural. Edição preliminar. Recife-PE. Editora UFRPE. 1972.

APÊNDICE

Prezado aluno (a), pelo fato de estarmos realizando a pesquisa: *contribuições da prática do cultivo de plantas medicinais na Educação Profissional de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (CAVN) em Bananeiras - PB* solicitamos sua valiosa colaboração no sentido de preencher este questionário, pois as suas respostas em torno deste tema terão uma evidenciada importância quanto à melhora do ensino-aprendizagem da série em que você estuda, sobretudo, no que se refere ao cultivo de plantas medicinais. Comunicamos-lhe, ainda, que seu nome ficará sob absoluto sigilo.

Atenciosamente,

José Francisco Correia dos Santos.



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

Questionário aplicado aos Alunos

01. Sexo: () Masculino () Feminino
02. Faixa Etária:
 () 18 a 20 anos () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 a 50 anos () mais de 50 anos
03. Estado civil: () solteiro () Casado
04. Município em que mora: _____
05. Local da residência: () Zona rural () zona urbana
06. Você teve alguma experiência prévia com plantas medicinais?
 () Com experiência () Sem experiência
07. Você já utilizou alguma vez plantas medicinais para tratar doenças?
 () sim () não
08. Quais as formas de utilização das plantas medicinais?
 () Chá () Infusão () Tintura () alcoolatura
09. Antes de vir para o ensino agrícola, você já conhecia as plantas medicinais?
 () Sim () Não
10. Grau de Escolaridade
 () Ensino Fundamental () Ensino Médio
11. Porque escolheu estudar no PROEJA (ensino agrícola)?
12. Quais as expectativas sobre esse curso?
13. O que você conhece sobre plantas medicinais?
14. Que contribuição você destaca das práticas desenvolvidas durante a disciplina Olericultura para sua formação profissional?
15. Como fazer para melhorar a produção dos princípios ativos das plantas medicinais?